

**CAPITAL SOCIAL E *ACCOUNTABILITY* EM
ORGANIZAÇÕES CAFEEIRAS NO SUL DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

MARCELO MÁRCIO ROMANIELLO

2009

MARCELO MÁRCIO ROMANIELLO

**CAPITAL SOCIAL E *ACCOUNTABILITY* EM ORGANIZAÇÕES
CAFEIRAS NO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Doutorado em Administração, área de concentração Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Doutor”.

Orientador
Prof. Dr. Robson Amâncio

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2009

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Romaniello, Marcelo Márcio.

Capital social e *accountability* em organizações cafeeiras no sul do estado de Minas Gerais / Marcelo Márcio Romaniello. – Lavras : UFLA, 2009.

128 p. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2009.

Orientador: Robson Amâncio.

Bibliografia.

1. Capital social. 2. *Accountability*. 3. Desenvolvimento rural.
4. Café. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 334.173

MARCELO MÁRCIO ROMANIELLO

**CAPITAL SOCIAL E *ACCOUNTABILITY* EM ORGANIZAÇÕES
CAFEIIRAS NO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Doutor”.

APROVADA em 31 de março de 2009.

Pesq. Dra. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio EMBRAPA

Pesq. Dr. Paulo Tácito Gontijo Guimarães EPAMIG

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos UFLA

Prof. Dr. Renato Elias Fontes UFLA

Prof. Dr. Robson Amâncio
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

A Deus, por ter permitido que eu vencesse mais esta etapa.

A minha esposa, Roseli,

e ao meu filho, João Marcelo, pelo apoio,

incentivo, carinho e compreensão,

DEDICO E OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), especialmente ao Departamento de Administração e Economia, pela oportunidade de realização do doutorado.

À Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), pela oportunidade concedida para a realização deste trabalho e pelo convívio de muitos anos participando de suas atividades.

Ao Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D-Café), pelo apoio concedido para a realização deste trabalho.

À Universidade José do Rosário Vellano - Unifenas e ao Centro Universitário de Lavras - Unilavras, pelo apoio e pelo auxílio na pesquisa, os quais foram necessários a este trabalho.

Ao professor Robson Amâncio e aos pesquisadores Paulo Tácito Gontijo Guimarães e Gabriel Ferreira Bartholo, pela amizade, confiança e estímulos, os quais me fizeram sentir capaz de realizar este trabalho.

Aos alunos do curso de Administração do Centro Universitário do Sul de Minas - Unis de Três Pontas, pelo auxílio na pesquisa de campo realizada neste estudo.

Aos bolsistas do Programa de Iniciação Científica Probic – Unifenas, Fernanda Pereira da Silveira Procópio Alvim e Edmilson José Gonçalves, pela ajuda na condução desse estudo.

À bolsista do Programa de Iniciação Científica e Prática Profissional - PICP – Unilavras, Thais Mara Rezende, pela ajuda na tabulação dos dados de campo deste estudo.

À minha família, aos parentes e aos amigos que, com carinho, ampararam-me nos momentos de fraqueza.

Aos funcionários e pesquisadores da Epamig, os quais contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

Aos colegas de trabalho do Unilavras e Unifenas, pelo carinho e amizade.

Aos funcionários do Departamento de Administração e Economia, pela presteza, boa vontade e rapidez na resolução de problemas de ordem administrativa.

Aos cafeicultores e aos gestores das cooperativas nos municípios de Poço Fundo e Três Pontas, por terem me concedido entrevistas de cujas informações dependia este estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	i
RESUMO.....	iii
ABSTRACT.....	v
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	6
2.1 Geral	6
2.2 Específicos.....	6
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
3.1 Capital social – Um breve histórico	7
3.2 Capital social como recurso coletivo.....	9
3.3 Capital social como ativo individual	11
3.4 Capital social associado a redes	14
3.5 Redes densas e fechadas versus redes abertas.....	16
3.6 <i>Accountability</i>	19
3.7 Capital social e <i>accountability</i> no processo de desenvolvimento	21
4 METODOLOGIA	27
4.1 Método da presente pesquisa	27
4.2 Seleção dos atores sociais.....	28
4.3 Amostragem.....	28
4.3.1 Na pesquisa quantitativa	28
4.3.2 Na pesquisa qualitativa	29
4.4 Área de estudo.....	29
4.5 Utilização de indicadores de capital social e <i>accountability</i>	30
4.5.1 Indicadores do capital social.....	30
4.5.1.1 Variáveis operacionais.....	30
4.5.1.1.1 Confiança	30

4.5.1.1.2	Cooperação.....	32
4.5.1.1.3	Participação.....	33
4.5.2	Indicadores de <i>accountability</i>	34
4.5.2.1	Controle da gestão pública (<i>accountability</i> vertical)	35
4.5.2.2	Participação política (<i>accountability</i> horizontal).....	36
4.6	Operacionalização das variáveis de capital social e <i>accountability</i>	36
4.6.1	Coleta de dados	36
4.6.2	Análise dos dados.....	38
4.6.2.1	Na pesquisa quantitativa	38
4.6.2.2	Na pesquisa qualitativa	38
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
5.1	Dados demográficos dos cafeicultores estudados	40
5.1.1	Escolaridade dos entrevistados.....	41
5.1.2	Caracterização das propriedades agrícolas	45
5.1.2.1	Caracterização das propriedades de acordo com a área total	45
5.1.2.2	Caracterização das lavouras cafeeiras.....	46
5.1.3	Participação da atividade agropecuária no total da renda familiar	49
5.1.4	Caracterização das associações em Três Pontas e em Poço Fundo	52
5.1.5	Período em anos de associação às cooperativas	57
5.2	Indicadores do capital social.....	60
5.2.1	Confiança.....	60
5.2.1.1	Normas compartilhadas entre os cafeicultores	66
5.2.1.2	Confiança nos dirigentes/gestores das cooperativas	70
5.2.2	Cooperação	72
5.2.3	Participação dos cooperados	77
5.2.3.1	Participação relacionada a questão particular ou coletiva.....	84
5.3	Indicadores de <i>accountability</i>	87
5.3.1	<i>Accountability</i> vertical.....	87

5.3.1.1 Acesso as informações da cooperativa	88
5.3.1.2 Canais de informações utilizados pelos cafeicultores.....	93
5.3.1.3 Reivindicações por meio liberdade de opinião.....	96
5.3.1.4 Comunicação dos problemas enfrentados pelos cooperados.....	100
5.3.2 <i>Accountability</i> horizontal	103
5.3.2.1 Envolvimento ativo dos cafeicultores, indo a reuniões e assembleias..	105
5.3.2.2 Participação na votação para presidente da cooperativa	108
5.3.2.3 Cobrança de ações em ajuda aos membros da cooperativa.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXOS.....	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Idade dos produtores amostrados nos municípios de Três Pontas e Poço Fundo, MG.....	41
TABELA 2	Grau de escolaridade dos produtores entrevistados.....	42
TABELA 3	Caracterização das propriedades agrícolas de acordo o tamanho	45
TABELA 4	Caracterização das áreas ocupadas com cafeeiros.....	46
TABELA 5	Renda bruta familiar proveniente da atividade agropecuária...	50
TABELA 6	Caracterização das cooperativas associadas pelos cafeicultores no município de Três Pontas, MG.	53
TABELA 7	Período, em anos, de associação às cooperativas da região de Três Pontas e Poço Fundo, MG.....	57
TABELA 8	Percepção dos cafeicultores em relação à confiança.	60
TABELA 9	Percepção dos cafeicultores em relação à existência de um comportamento estável honesto baseado em normas compartilhadas pelos membros do grupo.	67
TABELA 10	Percepção dos cafeicultores em relação à cooperação e à ação coletiva na região de Três Pontas e Poço Fundo, MG.	73
TABELA 11	Classificação da participação dos cooperados.....	77
TABELA 12	Participação dos membros na cooperativa.	84
TABELA 13	Livre acesso a informações sobre da cooperativa.	89
TABELA 14	Canal de acesso a informações da gestão da cooperativa.	93
TABELA 15	Reivindicações por meio de opinião.....	96
TABELA 16	Comunicação dos problemas enfrentados pelos cooperados.	101
TABELA 17	Envolvimento ativo dos indivíduos do grupo, indo a reuniões e assembleias.	105
TABELA 18	Votação na última eleição da cooperativa.....	108

TABELA 19	Cobrança de ações que ajudam os demais membros de sua cooperativa.....	109
-----------	--	-----

RESUMO

ROMANIELLO, Marcelo Márcio. **Capital social e *accountability* em organizações cafeeiras no sul do estado de Minas Gerais**. 2009. 128 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.*

Os termos capital social e *accountability* são considerados variáveis potencializadoras da equação do desenvolvimento social e da prosperidade econômica regional. Isso porque facilitam ações coordenadas, promovendo e aumentando a eficiência da sociedade por meio de características, tais como a confiança, a cooperação e a participação, podendo se tornar facilitadoras do desenvolvimento econômico e social. Os objetivos deste estudo foram analisar a existência de capital social e do *accountability* em duas regiões cafeeiras distintas compreendidas pelos municípios de Três Pontas, que produz café convencional e pelo município de Poço Fundo, que produz café orgânico na região do Sul do estado de Minas Gerais. Especificamente procurou-se identificar, por meio dos indicadores de capital social e do *accountability*, a existência e a intensidade dessas variáveis, considerando-se uma abordagem metodológica orientada por diferentes métodos de pesquisa capazes de analisar a realidade social implícita nos dois municípios estudados. Como o estudo evidenciou-se que os cafeicultores da região de Três Pontas estavam associados às cooperativas da região para obterem benefícios de ordem pessoal, principalmente no que se refere a serviços de comercialização do seu produto. Nessa região foram identificadas redes de cafeicultores mais abertas e características de capital social institucional, que se referem à confiança dos cafeicultores nas organizações cooperativas, as quais facilitaram ações colaborativas para o desenvolvimento econômico e social da cafeicultura. No município de Poço Fundo foram encontradas formas de capital social como um recurso coletivo e redes mais densas e fechadas, nas quais a confiança por meio de condutas de cooperação e solidariedade permitiu aos cafeicultores orgânicos dessa região construir uma associação e, posteriormente, uma cooperativa com princípios de gestão participativa dentro da filosofia do *fair trade*. Essa rede criada entre os cafeicultores garantiu-lhes *empowerment* (empoderamento) para atuarem num mercado extremamente competitivo. Quanto à existência do *accountability*, percebeu-se, no município de Poço Fundo, uma comunicação e uma participação dos cooperados por meios formais e informais as quais lhes garantiram a criação de mecanismos de *accountability* que permitiram maior cobrança e maior transparência da gestão da cooperativa. Na região de Três

* Orientador: Robson Amâncio – UFLA.

Pontas, ficou evidente que há necessidade de estimular a comunicação por meio de canais de comunicação entre os próprios cafeicultores e de motivá-los a participarem mais efetivamente da cooperativa. Por fim, infere-se que tanto o capital social como o *accountability* potencializaram o desenvolvimento social e a prosperidade econômica nas duas regiões estudadas, pois facilitaram ações coordenadas entre os cafeicultores para o desenvolvimento da cafeicultura regional.

ABSTRACT

ROMANIELLO, Marcelo Márcio. **Social capital and *accountability* on coffee growers organizations on the south region of the Minas Gerais state.** 2009. 128 p. Tese (Doctor Degree in Management) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.*

The terms social capital and *accountability* are considered variables potential of the equation of the social development and the prosperity in the region economic. This happens because it makes easier the coordination actions, improving and increasing the efficiency of the society by characteristics, as such confidence, cooperation and participation, this way they can be recognized as a help to make the social and economic development easier. The objectives of this study were to analyse the existence of a social capital and *accountability* in two different coffee regions around the city of Três Pontas, that produces traditional kind and for the city of Poço Fundo, that produces organic coffee on the south region of Minas Gerais state. Specifically this study intended to identify, by use of social capital and *accountability*, measure and identify these variables, considering a methodology approached by different methodologies of research capable of analysing the social reality on these two cities in matter. With this study we could see on the region of Três Pontas, with the coffee-growers were connected with the cooperatives on the region then they could provide personal benefits, specially when we talk about the marketing involving their product. On this region were identified more open networks of the coffee-growers and characteristics of institutional social capital, referring to the trust of the employees on the cooperative, this way the team work made easier the improvement of the economic and the social resources. On the city of Poço Fundo were found ways of social capital as a group resource and needs more strong and close, with the trust by cooperation and solidarity allowed the organic coffee-growers of this region build and association, and after, a cooperative with the beginnings of working management inside the philosophy of the *fair trade*. This network created by the coffee-growers secured them *empowerment* to act in a competitive market, with were intimately connected at the economic and social transformation of the coffee-growing on the region. As for the existence of the *accountability*, realized, on the city of Poço Fundo, were realized the need for stimulating communication and participation of the employees by formal and informal means with ensured them the creation of *accountability mechanisms* that allowed larger and bigger knot between the

* Advisor: Robson Amâncio – UFLA.

worker on the cooperative. At last, was inferd that as such the social capital and the *accountability* are variables potencializes of the social development and the economics prosperity, because it makes easier the coordenations actions bettween the coffee-growers of the both regions studied than can bee possible the develop the coffee culture on the region.

1 INTRODUÇÃO

Os termos capital social e *accountability* têm despertado a atenção de estudiosos e teóricos do desenvolvimento, que questionam sua validade como teoria ou paradigma. Para muitos, o capital social e o *accountability* podem ser variáveis potencializadoras da equação do desenvolvimento social e da prosperidade econômica em algumas regiões. Isso porque essas variáveis facilitam ações coordenadas, promovendo e aumentando a eficiência da sociedade, por meio de características tais como confiança, cooperação e participação, podendo tornar-se facilitadoras do desenvolvimento econômico e social em regiões que possuem altos índices dessas variáveis.

Neste contexto, é importante considerar a sociedade e suas relações sociais no processo de desenvolvimento regional. Portanto, são importantes estudos que abordem o referencial do capital social e do *accountability* com o objetivo de estudar desigualdades regionais, a partir de constatações de que algumas regiões de um mesmo estado ou região do país podem desenvolver níveis diferentes de desenvolvimento social e econômico.

Na visão de Boisier (1997), a sociedade civil, nela compreendidas as formas locais de integração social, participação e cooperação, podem ser consideradas como variáveis de modernização e de transformação socioeconômica em uma região.

A importância da sociedade civil e das relações sociais é, com a mesma ênfase, defendida por outros pesquisadores. Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação e ajuda mútua entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles, contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local (Godard et al., 1987).

Antonio Vázquez Barquero (1988) considera e dá relevância à sociedade civil local e aos seus processos de organização e relação social porque permitem que a região atinja um desenvolvimento equilibrado e sustentado no longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região.

Robert Putnam estudou, durante vários anos, os diversos aspectos que condicionaram as diferenças regionais encontradas entre o norte e o sul da Itália. Uma de suas mais importantes conclusões é a percepção de que, na Itália contemporânea, o trabalho colaborativo dos cidadãos estava estritamente ligado aos níveis de desenvolvimento social e econômico (Putnam, 1996).

A novidade do estudo de Robert Putnam está na inclusão da concepção de capital social e sua influência no desenvolvimento econômico. Compreendido como sendo o conjunto das características da organização social, que abrangem redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, participação, cooperação, obrigações e canais de informação, o capital social existente em uma região pode tornar possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade.

O destaque dado aqui para a importância da sociedade civil e cidadã está inserido no debate e na compreensão de que o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas em cada região (capital social). Isso porque a capacidade de organização social revela-se como um poderoso determinante na construção de mecanismos de *accountability* (controle do Estado e cobrança da sociedade na prestação de contas da coisa pública) para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Accountability é uma palavra da língua inglesa, sem tradução exata para o português, que remete à obrigação dos membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus

representados. Outro termo usado numa possível versão em português é responsabilização (Melo, 2007).

O termo *accountability* ainda não tem um similar nacional. É um termo abrangente que vai além da prestação de contas, pura e simples, pelos gestores da coisa pública. Talvez a sua tradução para o português esteja à espera da adoção e da incorporação dos seus respectivos conceitos por parte da administração pública brasileira. Para Lamounier (1997), *accountability* diz respeito à sensibilidade das autoridades públicas em relação ao que os cidadãos pensam à existência de mecanismos institucionais efetivos, que permitam chamá-los à fala quando não cumprirem suas responsabilidades básicas.

Na prática, a *accountability* é a situação em que A reporta a B quando A é obrigado a prestar contas a B de suas ações e decisões, passadas ou futuras, para justificá-las e, em caso de eventual má-conduta, receber punições (Schedler, 1999).

Essa situação, em que ocorre a prestação de contas, propicia a transformação socioeconômica de uma região, pois promove um fluxo de informações que aumentam a capacidade dos cidadãos em controlar e influenciar as decisões da gestão pública.

O capital social e o *accountability* são consideradas a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento nas próximas décadas. Fukuyama (1996) chega a afirmar que nações e regiões mais prósperas serão aquelas mais bem preparadas para formar cidadãos para trabalharem colaborativamente e organizadas em comunidades cívicas, ou seja, é aquela em que a confiança e a cooperação ativam a participação dos cidadãos de uma região ou país em direção a objetivos comuns e a um futuro almejado. Por isso, tanto a ideia de capital social quanto a de *accountability*, nos últimos anos, têm sido destacadas por organismos internacionais, em revistas especializadas e em diversos estudos e

devem ser consideradas na análise do desenvolvimento e da prosperidade de alguns países e regiões.

Portanto, estudos sobre o capital social e *accountability* como ferramenta de análise do desenvolvimento local são importantes, pois podem explicar por que uma sociedade colaborativa e organizada são fatores indispensáveis à prosperidade econômica e à boa governança.

A busca da *accountability* plena passa pela reforma da sociedade, que precisa saber e querer cobrar, precisa interessar-se pela gestão pública, em suma, deve ser mais coletiva e cidadã.

Observa-se que se dá uma importância fundamental ao papel do cidadão, considerando que o verdadeiro controle efetivo da gestão pública é consequência da cidadania organizada (capital social); uma sociedade desmobilizada não será capaz de garantir a *accountability*. Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability* (cobrança da sociedade na prestação de contas da coisa pública).

A maioria dos estudos e debates sobre capital social e *accountability* aponta para três identificadores principais: a confiança, a cooperação e a participação. A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros do grupo e incrementa a participação em grupos e ou associações.

Assim, o capital social sustenta que a participação voluntária gera normas de cooperação e confiança entre seus membros e que essas normas são aquelas exigidas para a participação (Baquero, 2001). Dessa maneira, o capital social pode ser incrementado pelo processo de socialização, potencializando comportamentos participativos e cidadãos. Nessa direção, uma comunidade cooperativa pode potencializar interações que levem ao surgimento de pessoas mais críticas fiscalizadoras dos bens públicos (*accountability*), ampliando o

envolvimento e a participação das pessoas na dimensão da gestão pública (Nazzari, 2006).

Para a administração, novos modelos de análise do desenvolvimento e da prosperidade econômica de certas regiões, envolvendo identificadores de capital social e *accountability*, são iniciativas importantes, pois há uma crescente consciência de que a sociedade organizada (capital social) produziria mecanismos de controle (*accountability*) na relação gestão pública-sociedade, na prestação de serviços mais adequados.

Assim, da perspectiva de discutir e analisar capital social e *accountability* como variáveis potencializadoras do desenvolvimento sócio-econômico e definir indicadores capazes de mensurar a sua intensidade em dois sistemas de produção distintos (café orgânico e café convencional), compreendidos pelos municípios de Poço Fundo e Três Pontas, na região Sul do estado de Minas Gerais, que se desenvolveram tanto socialmente como economicamente, é o que se delimita como problema de estudo.

Neste estudo, entendem-se como indicadores do capital social e do *accountability* a confiança, a cooperação e a participação. Esses indicadores estão sendo amplamente utilizados nas ciências sociais e humanas, principalmente em estudos contemporâneos para verificar as desigualdades no processo de desenvolvimento social e econômico em alguns países e regiões.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1 Geral

O objetivo geral deste estudo foi verificar a existência de capital social e do *accountability* em duas regiões cafeeiras compreendidas pelos municípios de Três Pontas e Poço Fundo na região sul do estado de Minas Gerais.

2.2 Específicos

Especificamente, o estudo se propôs a:

- Selecionar indicadores de capital social e de *accountability* capazes de mensurar a sua intensidade nas duas regiões cafeeiras estudadas;
- Identificar, por meio dos indicadores, a existência e a intensidade de capital social nas duas regiões cafeeiras estudadas;
- Identificar, por meio dos indicadores, a existência e a intensidade de *accountability* nas regiões estudadas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Capital social – Um breve histórico

Na primeira metade do século XIX, um francês, Aléxis de Tocqueville, considerado *pai* da moderna ciência política, foi para os Estados Unidos da América interessado em observar a efervescência democrática da sociedade naquela época. O que mais despertou a atenção de Tocqueville foi o espírito e o vigor dos americanos em se associar para fazer quase tudo. O resultado de suas observações de viagem foi publicado em um clássico da literatura política, chamado “A Democracia na América”, que veio à luz na segunda metade da década de 1830.

Tocqueville encontrou nos Estados Unidos associações civis e associações políticas. O autor chamou a atenção para a facilidade com que os americanos se associavam na vida civil, tendo em vista os mais variados fins. Segundo o autor, os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, mas também tomam parte de outras várias associações, sejam elas grandes ou pequenas (Tocqueville, 1987)

Tocqueville ficou tão impressionado com o comportamento coletivo e a capacidade de cooperação dos americanos que enunciou, pela primeira vez, a expressão “governo civil” (capacidade da sociedade humana de gerar ordem espontaneamente a partir da cooperação), que podemos considerar, em linha direta, o início da aplicação do conceito de capital social.

Mais tarde, o termo “capital social” foi conceituado por Lyda Judson Hanifan, no início do século XX, por volta de 1916 (Milani, 2003). Hanifan, um jovem educador empregou o termo capital social para estudar centros comunitários de escolas rurais, onde existia ligação direta entre o nível de renda da população e a sociabilidade nas relações de vizinhança. Para ele, toda

comunidade se beneficiaria da cooperação entre as pessoas e, quando todos tivessem o hábito de se relacionar (por inúmeras razões, como lazer ou religião), esse “capital social”, ou seja, essa rede de relações, seria dirigida para o bem-estar da comunidade (Jianoti, 2004).

No início dos anos 60 do século passado, Jane Jacobs tinha interesse em explicar por que certas cidades americanas pareciam vivas, florescentes, enquanto outras pareciam estar morrendo. Jacobs realizou uma pesquisa empírica para tentar desvendar o segredo da vitalidade das cidades e descobriu que, naquelas cidades que pareciam entidades vivas, efervescentes, com alto dinamismo social, existiam, nos seus bairros e distritos, pessoas conectando-se com pessoas, horizontalmente, voluntariamente, para discutir os problemas comuns, as questões coletivas relacionadas com o bem-estar geral. E que, naquelas cidades que pareciam estar morrendo, não se observava a ocorrência desse fenômeno. Jacobs explicou a questão dizendo que essas redes sociais denominavam-se capital social indispensável à vivificação das localidades. Jacobs foi a primeira pessoa que empregou a expressão capital social com esse sentido contemporâneo (De Franco, 2005).

Em 1989, com um célebre artigo de Coleman, tiveram início os estudos sobre o “Capital Social”. Nessa época, um cientista político americano chamado Robert Putnam já estava concluindo a sua pesquisa na Itália.

Putnam (1996), na Itália, tentou explicar por que certas localidades italianas tinham boa governança e prosperidade econômica enquanto outras não. Putnam queria entender por que Milão e Bolonha, na Itália, tinham mais prosperidade econômica do que Palermo e Cosenza. Putnam explicou que no norte da Itália existe mais geração e reprodução de capital social do que no sul porque os padrões de organização e os modos de regulação estão diretamente envolvidos na capacidade das sociedades de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade, ou seja, no sentido

de comum-idade. Ele descobriu que, naquelas cidades italianas com prosperidade econômica e boa governança, havia uma história de organização da sociedade civil.

Foi o estudo de Putnam que consagrou o estudo sobre o quinto estoque na literatura econômica, o capital social, apontando para a sua importância no crescimento, além dos capitais físico, financeiro, natural e humano.

Para Putnam (1996), o nível de capital social existente em uma sociedade pode explicar o crescimento ou o declínio do seu desenvolvimento econômico. Ele também observou que há uma relação entre o senso de eficácia política das redes sociais e a prosperidade das comunidades, o que foi denominado de capital social como um recurso coletivo ou comunitário. Segundo este autor, é por meio desse recurso coletivo e pelo envolvimento e a participação das pessoas em atividades associativas com vizinhos, estruturas cívicas locais e nacionais que ocorre impacto no desenvolvimento econômico e no nível de riqueza das comunidades.

3.2 Capital social como recurso coletivo

Um dos autores pioneiros a conceituaram capital social foi James Coleman que, posteriormente, foi revisitado por vários outros autores, que enriqueceram o conceito e lhe agregaram novos e diferentes enfoques.

Coleman (1990) define capital social como um recurso coletivo que consiste em características da estrutura social que pode facilitar ações dos atores sociais, sejam eles pessoas ou organizações, dentro desta mesma estrutura e que podem resultar um sentimento de obrigação com relação à outra pessoa ou grupo social. Coleman (1988, 1990) reforça, em seus dois artigos, que o capital social é um bem público ou coletivo, inserido na estrutura social e, como tal, capaz de beneficiar o grupo como um todo. O capital social segundo ele, é como a

associação a um grupo, resultante de uma união de agentes que compartilham ativos comuns e ligados por laços de natureza utilitária coletiva.

Putnam (1996), um dos maiores responsáveis pela divulgação do conceito de capital social define-o como "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas".

Inglehart (1997), citado por Vale (2006), considera que o capital social equivale à cultura de confiança e tolerância, na qual redes extensas de associações voluntárias emergem. Com a mesma visão, Fukuyama (1996) considera que o capital social representa o conjunto de normas e valores compartilhados entre membros de um grupo, que permite cooperação entre eles. Bourdieu (1980) também considera o capital social como um conjunto de relações de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. North (1990), citado por Durston (2000), considera o capital social como um conjunto de normas e valores que facilitam a confiança entre os atores e que se manifesta em cooperação baseada na confiança.

Com essa mesma visão, John Durston (2000) considera capital social como relações que combinam atitudes de confiança por meio de condutas de cooperação que proporcionam maiores benefícios àqueles que a possuem.

Percebe-se que, para os autores citados, a confiança é um componente básico do capital social, pois promove a cooperação. Segundo Putnam (1996), quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação; ao mesmo tempo, a própria cooperação gera confiança e, conseqüentemente, o desenvolvimento e a prosperidade econômica para as regiões que apresentam alto nível de capital social.

O capital social está associado ao plano coletivo por ajudar a manter a coesão social, tendo como base a confiança e, conseqüentemente, a obediência

às normas e às estruturas normativas, gestoras e sancionadoras das instituições e associações horizontais voluntárias, salientando a negociação em situação de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição. Assim, na vida pública, o capital social resulta num estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico e numa sociedade mais aberta e democrática (Putnam, 1996).

Abramovay (1998) considera que o desenvolvimento territorial deve se apoiar na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região. Ele descreve que a formação de capital social para a construção de um modelo de desenvolvimento local está ligada ao território, não só ao espaço físico que ele representa, mas segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas.

Resumindo bem essa perspectiva do capital social como um recurso coletivo, Seralgedin & Grootaert et al. (2000) percebem o capital social dentro de uma visão comunitária. Segundo os autores, o capital social seria a “cola” que mantém as comunidades unidas.

Verifica-se que o capital social está associado a um recurso que, em combinação com outros fatores, permite alcançar benefícios para os grupos que os possuem e que está sempre presente se houver uma característica da organização social que, intencionalmente ou não, potencializa o trabalho humano, coordenando as atividades dos agentes com resultados produtivos para o grupo. Dessa forma, o capital social pode potencializar o desenvolvimento sócio-econômico em regiões que detêm altos índices dessa variável.

3.3 Capital social como ativo individual

Dentre os que consideram a concepção de capital social como um ativo individual de atores inseridos em redes sociais e que pode ser apropriado por indivíduos para obterem benefícios de ordem pessoal, encontramos Bourdieu

(1980). Este autor considera que, para obter o êxito na competição social, é necessária a participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas nas quais o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia benefícios de ordem privada.

Nesse plano individual, também se destacam os estudos de Coleman (1990), que verificou a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em perspectivas de reciprocidade e comportamentos confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual.

O capital social individual, para Durston (2000), manifesta-se, principalmente, nas relações sociais que tem a pessoa, com conteúdos de confiança e reciprocidade, estendendo-se através de redes egocentradas. O capital social coletivo ou comunitário, em contraste, se expressa em instituições horizontais, com conteúdos de cooperação e gestão.

Portanto, o capital social individual consta do crédito que a pessoa tem acumulado na forma de reciprocidade difusa, que pode reclamar, em momentos de necessidade, a outras pessoas para as quais têm realizado, de forma direta ou indireta, serviços e favores em qualquer momento no passado. Este recurso reside não na pessoa mesma, mas nas relações entre pessoas (Durston, 2000). Pode-se considerar, então, que capital social individual manifesta-se, principalmente, onde a pessoa está no centro de negociação, as relações sociais estão centradas no indivíduo, partem dele para as redes sociais. Ou seja, essa forma de capital social consta de créditos individuais acumulados. O capital não está no indivíduo, mas na forma como ele se relaciona socialmente.

Capital social individual representa, para Lin (2001), citado por Vale (2006), investimentos em relações sociais feitos por indivíduos, por meio dos quais eles obtêm acesso a recursos enraizados capazes de engendrar retornos esperados de ação instrumental e de ação expressivas. Esse autor, embora entenda ser possível tratar capital social como um ativo coletivo, desenvolve

toda a sua concepção teórica centrada no indivíduo. Isto talvez se explique pela natureza de seu interesse dominante: a preocupação com a criação de uma teoria mais sólida de capital social, capaz de permitir uma melhor compreensão da dinâmica da mobilidade social e da inserção profissional no mercado de trabalho (Vale, 2006).

Portes (1996), citado por Vale (2006), também considera o capital social como atributo do indivíduo que vive numa comunidade que pratica bons hábitos, mesmo que, eventualmente, ele próprio não os pratique. Assim, se determinados indivíduos, numa comunidade, pagam seus compromissos no prazo previsto ou dirigem defensivamente, os membros restantes dessa comunidade detêm capital social na medida em que podem, por via de consequência, alargar os prazos dos empréstimos ou permitir que seus filhos brinquem nas calçadas despreocupadamente. Nesse sentido, Portes traz uma contribuição importante para a discussão sobre capital social, na medida em que ressalta que a ação individual de cada um em uma comunidade contribui para o capital social da mesma.

Milani (2003), numa tentativa de superar e demonstrar a diferença e a complementaridade em torno da questão, comenta que Durston considera que existem duas formas de capital social: o individual e o coletivo ou comunitário. Ambos podem ser definidos, em parte, por seus efeitos esperados, sendo os dois conceitos igualmente válidos e complementares, porém, heurísticamente diferentes.

Tal afirmação é corroborada por Vale (2006) que demonstra que vários autores concordam que capital social pode ser tanto um recurso coletivo como individual e que seus benefícios podem ser compreendidos e captados em níveis diferentes – mas coerentes - de análise, ou seja, tanto no nível macro (de uma comunidade) como no nível micro (de um ator social específico).

Observa-se, então, que o capital social está associado a relações sociais como um recurso de um indivíduo ou de um grupo, fazendo-o pertencer a uma rede de intercâmbios e relações que geram a confiança e a cooperação que determinam sua participação nas situações que darão acesso a recursos físicos, materiais e humanos. Assim, pode constituir como diferencial na eficiência individual ou, mesmo, no desenvolvimento econômico e social em regiões que possuem altos níveis de capital social.

Assim, o capital social é um recurso derivado de relacionamentos, conexões e laços, de usufruto de um ator social – individual ou coletivo – e proveniente de sua inserção em redes. Tal recurso pode lhe garantir a informação, permitir acesso e gerar oportunidades. Assim, seja no âmbito individual ou no âmbito coletivo, o capital social representa um recurso de um determinado tipo – ou seja, um ativo relacional – que, associado a outros ativos – individuais ou coletivos –, pode ampliar a capacidade de um ator – indivíduo ou comunidade – de obter melhores resultados em ações de interesse, dentro de uma rede de ajuda mútua.

3.4 Capital social associado a redes

A utilização da metáfora rede ou tecido teve início na sociologia e depois foi empregado na psicologia e na antropologia para associar o comportamento do indivíduo à estrutura à qual ele pertence. Essa metodologia foi denominada de sociometria, isto é, diagramas de redes que permitem a visualização da estrutura que está sendo estudada. Segundo Watts (1999) citado por Marteleto & Silva (2005), as redes são sistemas compostos por “nós” e conexões representados por sujeitos sociais, como indivíduos, grupos, organizações, etc., conectados por algum tipo de relação.

A relação entre capital social e redes pode ser evidenciada por meio da conceituação de capital social, definida por Putnam (1996) como as

características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Portanto, observa-se que tanto o capital social como as redes são dependentes e neles interagem pelo menos dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade, construído pelas suas redes de relações.

Vários trabalhos já foram publicados demonstrando que o capital social está associado a redes colaborativas nas quais indivíduos ou grupos de indivíduos estão organizados de forma a facilitar a confiança entre esses atores, promovendo benefícios mútuos a quem faça parte dessas redes. Isso pode ser observado em Bourdieu (1985) que considera o capital social como um agregado de recursos reais e potenciais ligados por uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura.

Também Mark Granovetter (1973) compreende capital social como as ações econômicas dos agentes que estão inseridos em redes de relações sociais. As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir para a redução de comportamentos oportunistas e a promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos. Seu estudo foi elaborado a partir de uma análise das redes sociais e de sua importância para a compreensão das interações entre os níveis micro e macro. O autor coloca essa unidade de análise – as redes interpessoais – como um elemento fundamental nessa ponte.

Pode-se verificar um consenso entre os autores que estudam o tema capital social associado a redes. Eles consideram que comunidades ou sociedades com alto nível de capital social e redes sociais incentivam a prática

geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua. Esses autores são Robert Putnam, Mark Granovetter, Pierre Bourdieu e também David Robinson (2002), que se refere ao capital social como um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns.

Os indivíduos inseridos em redes teriam a vantagem de pertencer ao grupo de membros interconectados na rede mantendo contatos, além da possibilidade de manter contato fora da rede, pois ela possibilita conexões também privilegiadas com outros membros de outras redes ou grupos não conectados a sua rede original.

Essas conexões privilegiadas são encontradas na literatura disponível sobre capital social sob duas perspectivas teóricas. São elas: redes densas e fechadas versus redes abertas. Essas duas vertentes teóricas serão analisadas nos próximos tópicos dessa tese.

3.5 Redes densas e fechadas versus redes abertas

Na primeira perspectiva teórica sobre redes densas e fechadas, a noção de redes é tratada a partir de uma visão na qual o capital social é criado por uma rede densamente interconectada e fechada, capaz de conectar, de maneira intensa, todos seus membros. As redes fechadas, sem contatos externos, constituem fontes de capital social e são capazes de gerar vínculos de confiança e de solidariedade. Os indivíduos inseridos em tais redes gozariam de maiores vantagens, pois vínculos internos intensos garantem canais confiáveis de comunicação e a presença da solidariedade, protegendo os membros da exploração e do comportamento oportunístico, representado, inclusive, pelo “free rider”, tornando possível a implementação de ações coletivas contra

membros do grupo que, eventualmente, desrespeitem a norma existente ou contra um intruso inoportuno (Coleman, 2000).

No caso de redes densas e fechadas existem algumas vantagens. Nesse tipo de rede, a confiança mútua reduz o custo de transação entre seus membros. Também as redes fechadas reduzem a necessidade de cada pessoa, individualmente, acessar uma fonte primária de informação, podendo se basear na transmissão de informações que ocorre dentro do grupo. Por exemplo, uma pessoa, para se manter atualizada, não precisaria, eventualmente, ler regularmente o jornal, pois a notícia poderia lhe ser repassada por outros membros do grupo.

Na segunda perspectiva teórica sobre redes abertas, o capital social é considerado a capacidade de intermediação de atores dotados de conexões capazes de superar vazios estruturais ou brechas existentes entre distintos grupos ou redes sociais.

Aqui se situam os trabalhos de Burt (1992), citado por Vale (2006), que apresenta o capital social associado à presença de redes abertas e cheias de brechas, tornando possível que indivíduos aí localizados realizem conexões privilegiadas com membros de outros grupos, não conectados ao primeiro. Os trabalhos de Burt baseiam-se na noção de laços fracos e fortes de Granovetter (1973).

Granovetter (1973) analisa os vínculos sociais recorrendo à noção de vínculo interpessoal. O autor salienta que quanto mais forte os vínculos conectando dois indivíduos mais similares eles são. Dessa maneira, enquanto vínculos fortes sugerem redes (comunidades ou conjuntos) coesas e interconectadas, vínculos fracos sugerem contatos e relacionamentos eventuais e mais superficiais, que se estabelecem entre diferentes redes. Aprofundando na análise sobre laços sociais, o autor analisa os laços fortes como sendo aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas,

como, por exemplo, a amizade; os laços fracos são aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como os mantidos com pessoas conhecidas. A partir da análise de tríades (relações entre três indivíduos, isto é, se existem as relações fortes AB e AC, então existe a relação BC) e das pontes (ligações entre dois indivíduos situados em agrupamentos distintos e não conectados, a não ser por essa ligação que se torna a ponte entre os dois grupamentos), ele demonstra que são as relações fracas que expandem e aumentam a força das redes. Intuitivamente, a explicação é simples: se dois indivíduos têm relações fortes, é provável que haja uma superposição em suas relações, e a rede, como um todo, é relativamente limitada. Assim, são as relações fracas que ampliam os limites das redes, conectando grupos que não têm ligações entre si.

Nesse contexto, os vínculos fracos seriam aqueles menos intensos que funcionam como pontes, ou seja, uma linha em uma rede que provê a única passagem entre dois pontos e, como tal, transforma-se em uma rota de informação e ou influência que gera difusão e que essas pontes são vínculos fracos.

Dessa forma, a força de uma rede está relacionada a laços fracos (não hierárquicos, não funcionais, não parentais ou consanguíneos) entre pessoas, em conexões voluntárias, baseadas em reciprocidade, cooperação e solidariedade. Isso se relaciona às regiões onde podem ser observados o desenvolvimento e a prosperidade econômica, pois existem relacionamentos e ações favoráveis que promovem o fluxo de informações que podem criar espaços nos quais a comunicação tem a função chave, uma vez que abre acesso a informação e permite que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados, além de constituir a área da gestão pública como uma poderosa ferramenta para aumentar a capacidade dos cidadãos em controlar (*accountability*) e influenciar as decisões públicas.

Por exemplo, no Vale do Silício existem muitas redes informais, múltiplos laços de conexões horizontais entre pessoas e organizações e uma cultura democrática mais forte e mais enraizada. Igualmente, na região norte da Itália existiam mais redes sociais em funcionamento do que na região sul.

Essas conexões horizontais, chamadas de laços fracos, são como uma forma de produzir valores compartilhados e objetivos comuns e que se referem à maneira como as pessoas convivem. Essas relações geram o capital social que é uma capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade e desenvolvimento.

Para Putnam (1996), o capital social poderia ser visualizado de duas formas. A primeira seria a reciprocidade e a segunda, os sistemas de participação cívica ou redes de engajamento cívico. Essas duas formas seriam as responsáveis por construir instituições sólidas, mais transparentes e menos verticalizadas, propiciadoras do exercício da *accountability* nas relações entre sociedade civil e a gestão pública.

3.6 *Accountability*

Accountability representa a obrigação da gestão pública de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de seus objetivos propostos. Na conceituação de Tinoco (2002), a responsabilidade (*accountability*), como se vê, corresponde sempre à obrigação de executar os objetivos propostos e eles só quitam a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados. A responsabilidade corresponde ao compromisso e à obrigação da instituição ou da pessoa escolhida para executar as ações de forma eficiente e eficaz. Verifica-se que a palavra *accountability* significa a obrigação de prestar contas dos resultados conseguidos.

O sistema de *accountability* não se detém somente na preocupação com a probidade dos gestores públicos. Um sistema de *accountability*, na visão de

Peixe (2002), é aquele "... que estabeleça e reforce a confiança pública no desempenho governamental", além de outras formas para envolver os cidadãos, uma vez que são estes que necessitam de um melhor desempenho de seu governo.

A *accountability* requer o acesso do cidadão à informação e à documentação relativas aos atos públicos, às formas pelas quais seus representantes estão decidindo em seu nome ou gastando o dinheiro que lhes foi entregue sob forma de tributos. Portanto, a qualidade da democracia praticada na sociedade depende do grau de transparência das ações dos gestores públicos.

A visão de administração pública, em *accountability*, está diretamente ligada à descentralização de responsabilidades, atribuindo poder à base da administração, à sociedade organizada em empresas sem fins lucrativos, tais como associações, cooperativas, organizações não-governamentais, enfim a sociedade civil organizada em engajamentos sociais chamados de capital social em busca da cidadania.

Para Peixe (2002), essa mudança só pode ocorrer por meio da obrigação muito reforçada de prestar contas dos resultados. A obrigação de prestar contas é para o serviço público uma espécie de substituto do mercado. Ela é também um sistema democrático em que os gestores de programas e projetos de desenvolvimento podem e devem dar conta de suas ações à sociedade.

A transparência se impõe como fundamental para substituir controles burocráticos por controles sociais. Se a administração pública se torna acessível, torna-se necessário dar maior publicidade às suas ações para poder controlar o bom uso dos recursos utilizados, estimulando a participação da sociedade no processo decisório, dando mais legitimidade à ação estatal. Mas, é importante reconhecer que somente uma sociedade organizada e mobilizada (capital social) será capaz de garantir *accountability* (responsabilidade) e controle que garantam

programas e projetos sócio-econômicos para o desenvolvimento e a prosperidade econômica em algumas regiões.

De Franco (2001) define capital social como o conjunto dos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovam a parceria, ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade das populações influírem nas decisões públicas.

Robinson (2002) também considera que o capital social pode ser a chave para o sucesso do sistema de *accountability*, pois se refere à capacidade e à habilidade dos cidadãos de conectar-se (em inglês, *connectedness*). Redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações necessárias ao pleno exercício da *accountability*.

3.7 Capital social e *accountability* no processo de desenvolvimento

O desenvolvimento econômico ocupa-se do crescimento econômico, acompanhado de modernização tecnológica, sendo mensurado por medidas como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, arrecadação tributária, entre outros. Foi, por muito tempo, considerado como a única ou a mais enfatizada dimensão aceita para avaliar a questão do desenvolvimento.

Por outro lado, o desenvolvimento social leva em consideração os aspectos da vida social, acompanhando indicadores, tais como o índice de desemprego e as taxas de criminalidade.

Já o desenvolvimento sustentável advém da consciência de compatibilizar o atendimento das necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas (Horota, 2001).

Assim, desenvolvimento diz respeito ao direito de todos de desfrutar um nível de vida adequado, em termos de saúde e bem-estar, o que inclui

alimentação, vestuário, moradia e assistência médica. Já sustentável se reporta ao não comprometimento das necessidades das gerações futuras, o que implica no não esgotamento do assim chamado “capital ambiental”. Ou seja, atentar para:

- a capacidade dos sistemas naturais de absorver contaminações;
- a existência finita dos recursos não renováveis;
- o uso adequado (racional) dos recursos renováveis.

Simultaneamente ao conceito de desenvolvimento sustentável desenvolveu-se também o conceito de desenvolvimento endógeno, que centra sua atenção na questão regional, buscando compreender porque o nível de crescimento variava entre regiões que dispunham das mesmas condições em termos de capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia.

A teoria endogenista conclui que tais fatores são determinados dentro da região e, por conseguinte, as regiões dotadas desses fatores, ou que estejam mais bem direcionadas para desenvolvê-los internamente, teriam as condições mais apropriadas de lograr desenvolvimento rápido e equilibrado.

Assim, segundo Souza Filho (1999), o desenvolvimento endógeno se traduz na capacidade da sociedade liderar e conduzir seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área geográfica e ao seu próprio potencial.

No contexto do desenvolvimento econômico e social, o capital social é visto como um conjunto de normas e interações locais que permitem a perseguição de um projeto coletivo e tem o potencial de unir forças para realizar transformações com os objetivos comuns e o *accountability* representa a obrigação da gestão pública de prestar contas dos resultados obtidos. Esses termos são vistos, pelos autores que estudaram o assunto, como variáveis potencializadoras do desenvolvimento social e econômico. Por isso, o presente trabalho procura entender como o capital social e o *accountability* podem

potencializar a equação de desenvolvimento sócio-econômico da cafeicultura regional.

Robert Putnam e Francis Fukuyama enfatizam o papel fundamental dos laços de confiança para a prosperidade de uma nação, considerando a confiança como base do capital social. Segundo eles, a confiança é a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade têm acerca do comportamento dos outros, baseada em normas partilhadas. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração e aproveita melhor e mais efetivamente as oportunidades que aparecem.

Para Putnam (1996), as associações que engendram hábitos cívicos e um espírito de cooperação e de solidariedade na sociedade contribuem para o seu desenvolvimento. Os valores cívicos favoreceriam o associativismo e esse, por sua vez, criaria um *feedback* positivo em favor da propagação de tais valores. Mesmo associações com pouca relação direta com a atividade econômica, como instituições esportivas ou culturais, comporiam o capital social, pois reforçariam as relações de cooperação entre os membros da sociedade. Ainda segundo Putnam, haveria quatro formas por meio das quais os sistemas de participação cívica contribuiriam para a acumulação de capital social, a saber:

- as associações aumentam os custos do oportunismo porque aumentam o número de interações entre os jogadores e assim tornam a colaboração a melhor estratégia;
- normas de reciprocidade são reforçadas porque surgem cadeias de relacionamentos nas quais a reputação de manter promessas e cumprir as regras do jogo social são fundamentais;
- as associações permitem a difusão de boas (e más) reputações rapidamente, desincentivando, mais uma vez, os custos da transgressão;

- as associações incorporam soluções anteriormente obtidas, formando uma estrutura para novas colaborações.

Putnam e Helliwell (1995) também asseveraram que as associações, além de permitirem a coordenação dos interesses em comum e a provisão de bens coletivos, tornam a intervenção pública mais eficaz e, portanto, incentivam o crescimento socioeconômico.

Evans (1996) acredita que o capital social é um ingrediente crucial quando se deseja alcançar melhores níveis de bem-estar para cidadãos comuns. Sem capital social, os capitais humanos e físicos são facilmente dissipados. O capital social não requer, necessariamente, despesas em recursos materiais escassos para a sua construção. Outra característica central do capital social é que se trata de um bem público, ao contrário do capital convencional que, normalmente, é um bem privado. Assim, por ser um atributo da estrutura social em que se inserem o indivíduo ou o grupo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam (Putnam, 1996).

O capital social, para Abramovay (1998), corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região, podendo sua acumulação chegar a favorecer um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local. Em última análise, o capital social corresponde ao *ethos* de uma determinada sociedade e compreende um conjunto de recursos de cuja apropriação depende, em grande medida, o destino de uma comunidade.

Este mesmo autor, analisando a dimensão local do desenvolvimento, descreve uma proposta em torno da construção de um projeto de desenvolvimento baseado em um “pacto territorial” que contribua com a articulação das forças dinâmicas de uma determinada região. O desenvolvimento territorial apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região. É esta rede que

permite a existência de uma dinâmica de “concorrência-emulação-cooperação” entre as instituições de certa região (Abramovay, 1998).

Na tentativa de oferecer complementos para essa análise, o capital social é visto como um ativo que oferece às comunidades a possibilidade de consolidar suas metas. Isso porque gera solidariedade e confiança mútua, expandindo assim seu poder de participação, exigido em sistemas de *accountability*, como também permite que tais vínculos e laços funcionem como pontes que promovem um fluxo de informações que aumentam a capacidade dos cidadãos em controlar e influenciar as decisões da gestão pública.

Para Durston (2000), o capital social pode ser visualizado de duas formas conexas ou não, que são as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica ou redes de engajamento cívico. Essas duas formas são as responsáveis por construir instituições sólidas, mais transparentes e menos verticalizadas, propiciadoras do exercício da *accountability* por parte das relações entre sociedade civil e administração pública.

Nessa perspectiva, Baquero (2001) considera o capital social como um fruto do processo de socialização ou resultados de grupos homogêneos com altos índices de confiança, pois pode potencializar interações que levem ao surgimento de pessoas mais críticas e fiscalizadoras da coisa pública.

Segundo O’Donnel (1998), existem duas dimensões de *accountability*. A horizontal está ligada mais à prestação de contas de forma mais eficaz e com transparência nos processos de tomada de decisão na gestão pública. A vertical tem como foco central as eleições em assembleias e outros mecanismos de controle da administração pública por parte dos cidadãos ativos (Antunes, 2002).

De Franco (2001) buscou demonstrar a necessidade de incentivar o capital social por mecanismos de gestão participativa e comunitária. Segundo este autor, o capital social é como o conjunto dos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem a parceria

– por exemplo, o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação – e o empoderamento, ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade das populações influírem nas decisões públicas.

Portanto, iniciativas e estudos sobre a análise do desenvolvimento envolvendo indicadores como o capital social e a *accountability* tornam-se importantes. Isso porque há um paradigma em crescimento segundo o qual a sociedade organizada (capital social) produziria mecanismos de controle (*accountability*) na relação gestão pública-sociedade na prestação de serviços públicos, que promoveriam desenvolvimento social e prosperidade econômica e boa governança em regiões que possuem altos níveis de capital social e *accountability*.

4 METODOLOGIA

No presente tópico apresenta-se como foram alcançados os objetivos propostos, descrevendo a estrutura da pesquisa e os procedimentos metodológicos empregados na busca dos resultados.

Os autores de metodologia científica na área das ciências sociais, tais como Demo (1985), definem a metodologia como uma preocupação instrumental que cuida dos procedimentos, ferramentas e caminhos, isto é, as formas de se fazer ciência. Para Jones, citado por Alencar & Gomes (1998), metodologia “diz respeito ao processo de produção de conhecimento”.

No processo de produção do conhecimento, Triviños (1987), Alencar & Gomes (1998), Garcia (2001), Cohen & Franco (1993) e Bruyne et al. (1991) concordam que a combinação de técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa é crescente e vem sendo muito utilizada no campo da ciência social, inclusive em estudos sobre o desenvolvimento regional como ferramentas legítimas na obtenção de realidade social implícita em tais projetos de desenvolvimento.

4.1 Método da presente pesquisa

A combinação dos métodos quantitativos e qualitativos numa mesma pesquisa vem crescendo em estudos socioeconômicos nos quais está envolvida uma pluralidade de atores sociais. Segundo Patton, citado por Alencar & Gomes (1998), as informações podem ser apresentadas separadas ou em combinação. Os avanços nos estudos de desenvolvimento socioeconômico têm apontado para o uso de métodos múltiplos, incluindo a combinação de dados qualitativos e quantitativos. Patton entende que estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico requerem a discussão dos pontos fortes e fracos dos dados qualitativos e quantitativos.

De acordo com essa tese, a análise foi trabalhada com visão ampla das relações entre o capital social e a *accountability* como elementos indutores do desenvolvimento socioeconômico, sistematicamente aferido sobre métodos múltiplos, preocupados, uma vez que elementos em interação nem sempre produzem manifestações mensuráveis, podendo, inclusive, alguns desses elementos não apresentarem atributos quantificáveis. Portanto, foi adotado um procedimento metodológico incluindo a combinação de dados quantitativos e qualitativos por meio de uma triangulação metodológica que, segundo Alencar & Gomes (1998), consiste no “uso de métodos múltiplos para estudar o mesmo problema de pesquisa”.

Para este estudo, foram utilizados os seguintes métodos de pesquisa:

- entrevista estruturada (tipo survey, com questionário);
- entrevista em profundidade (com roteiro semiestruturado);
- análise documental;
- observação não participante.

4.2 Seleção dos atores sociais

Os atores sociais escolhidos foram os cafeicultores “orgânicos” do município de Poço Fundo associados à Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço e Região (COOPFAM) e os cafeicultores “convencionais” do município de Três Pontas na região Sul de Minas Gerais.

4.3 Amostragem

4.3.1 Na pesquisa quantitativa

Para a utilização do método entrevista estruturada (tipo survey), utilizou-se uma amostragem intencional dos cafeicultores. A partir desse processo, obteve-se uma amostra de 40 respondentes no município de Poço Fundo, o que representou 29,4% do universo da população e 168 respondentes, por ocasião da

realização da Expocafé 2008, realizada na Fazenda Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais no município de Três Pontas, o que representou 7,0 % do universo da população nesse município.

4.3.2 Na pesquisa qualitativa

Para a definição da amostragem na pesquisa qualitativa, que foi realizada por meio do método entrevista de aprofundamento (tipo roteiro), foi utilizada a amostragem não probabilística por conveniência que, segundo Alencar & Gomes (1998), é um método no qual os indivíduos são escolhidos simplesmente por serem mais acessíveis ou, então, por serem mais fáceis de serem avaliados. Sua tipicidade é que nos interessa, por possuírem alguma vinculação com o estudo sobre capital social e *accountability* como variáveis potencializadoras do desenvolvimento econômico e social.

No município de Três Pontas a população amostrada foi constituída de doze produtores rurais (Produtor 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, e 18) e os presidentes das cooperativas agrícolas Cocatrel (Presidente 1) e Unicoop (Presidente 2). No município de Poço Fundo, a população amostrada foi constituída por seis produtores de café orgânico (Produtor 1, 2, 3, 4, 5 e 6), o presidente (Presidente 3) e três diretores da Coopfam (Diretor 1, 2 e 3) e um presidente da Associação de Cafeicultores Orgânicos do município de Poço Fundo (Presidente 4).

4.4 Área de estudo

O estudo foi realizado em dois municípios cafeeiros distintos na região sul de Minas Gerais. O primeiro município estudado foi Três Pontas, que produz “café convencional” e o segundo município estudado foi Poço Fundo, que produz cafés diferenciados, “café orgânico”.

4.5 Utilização de indicadores de capital social e *accountability*

Na utilização de indicadores deste estudo, foram utilizados dados quantitativos e qualitativos e critérios específicos de operacionalização. Esses critérios foram denominados indicadores de capital social e *accountability*, os quais são capazes de verificar a existência e a intensidade nas duas regiões cafeeiras pesquisadas.

4.5.1 Indicadores do capital social

Estabelecer uma medida de capital social é tarefa complexa e, segundo Monasterio (2000) e Fukuyama (1999), ainda não realizada de forma satisfatória. Isso porque o capital social reside nas relações entre os agentes sociais, sendo de difícil observação, mas possível de ser realizada.

4.5.1.1 Variáveis operacionais

A partir de variáveis operacionais, pode-se desenvolver uma proposta de mensuração viável do capital social, ou seja, por meio de indicadores operacionais, a partir dos quais se pretende identificar a existência e a intensidade de capital social nos municípios escolhidos.

As variáveis a serem utilizadas neste estudo foram: a confiança, a cooperação e a participação. Essas variáveis foram utilizadas a fim de verificar se as organizações associativas (cooperativas) dos cafeicultores promovem ações colaborativas, permitindo-lhes produzirem benefícios mútuos e desenvolvimento econômico-social.

4.5.1.1.1 Confiança

A confiança é o elemento chave para a solidificação do capital social e é, pela confiança que poderá existir a cooperação, fundamental para a manutenção de laços horizontais. Portanto, o grau de confiança existente em uma

comunidade pode ser considerado para dimensionar o estoque de capital social nela existente. Para Fukuyama (1996), a confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade.

No estudo de Misztal (1998), define-se confiança como condição necessária para manter a ordem social. Para a autora, a confiança cria e sustenta as estruturas organizacionais e possibilita a cooperação entre os agentes nas sociedades modernas. A confiança é primordial para a interação e os relacionamentos entre pessoas e entre instituições. Por isso é importante o conceito no estudo de capital social. Assim, quanto maior o envolvimento de pessoas em associações, maior é a possibilidade de elevação dos índices de capital social e de desenvolvimento.

A confiança é o resultado do conhecimento sobre alguém. Quanto mais informações corretas sobre quem necessitamos confiar, melhor formamos um conceito positivo da pessoa. Assim, o grau de confiança entre duas pessoas é determinado pela capacidade que elas têm de prever o comportamento uma da outra. Pode ser também a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Quando isso ocorre, há condições de prever o comportamento do outro em uma dada circunstância. Confiança é previsibilidade do comportamento.

Ao observar o comportamento de alguém, somos capazes de identificar os valores que determinam por que as pessoas se comportam de determinada maneira. Portanto, quando dizemos que confiamos em alguém, estamos querendo dizer que pertencemos à mesma comunidade de valores e sabemos que ele estará tão orientado para atender a meus/nossos interesses quanto eu próprio estaria, se estivesse no lugar dele.

Portanto, a confiança interpessoal pode ser considerada como relacionamentos cotidianos envolvendo as relações com os membros da família, amigos, professores, vizinhos, entre outros grupos de referência, neste caso, os cafeicultores nos dois municípios, econômica e socialmente, importantes para a região Sul do estado de Minas Gerais.

De acordo com Putnam (1996), para se manter uma sociedade cívica é necessário difundir entre as pessoas a confiança mútua. As relações de confiança permitem à comunidade superar mais facilmente os oportunismos em que prevalece o individualismo das pessoas que, por desconfiança, agem isoladamente e não coletivamente. Nesse mesmo contexto, Gambetta (1998) considera que confiar em uma pessoa significa acreditar que, uma vez oferecida a chance, ela não se comportará de forma a nos prejudicar.

Neste estudo, realizaram-se perguntas sobre confiança. Esta categoria buscou levantar dados sobre a confiança em relação às cooperativas e participantes dessas instituições e a partir dessas percepções tentar dimensionar o estoque de capital existente nos municípios estudados.

4.5.1.1.2 Cooperação

A cooperação é um subproduto esperado e desejado no âmbito das cooperativas e associações horizontais e é mais provável nos ambientes no qual a confiança esteja mais desenvolvida. A cooperação, segundo Zilá Mesquita (1999), se desenvolve em um trabalho conjunto, visando alcançar um objetivo comum, seria operar junto.

Essa ação coletiva foi o segundo tipo básico de indicador para medir capital social. A utilidade desse indicador vem do fato de que, na vasta maioria das localidades, a ação coletiva somente é possível quando há um nível significativo de capital social à disposição na localidade. A principal exceção ocorre no caso de sociedades totalitárias, em que o governo pode forçar as

pessoas a trabalharem juntas em projetos de infraestrutura ou outros tipos de atividades comuns (Grootaert, 2003).

A análise sobre a cooperação e a ação coletiva teve o objetivo de coletar algumas informações, como a intensidade da ação coletiva, o tipo de atividades desenvolvidas coletivamente e uma percepção geral do grau de iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas. Essas variáveis foram correlacionadas a fim de se obter um padrão da incidência de ação coletiva que, segundo Olson (1999), é a busca da realização de interesses comuns por mais de uma pessoa. Também foram correlacionadas as variáveis de ação coletiva com os indicadores de capital social estruturados neste estudo.

Portanto, foram analisadas a intensidade de cooperação e a ação coletiva dos cafeicultores nos dois municípios estudados, que indicaram níveis de reciprocidade e engajamento cívicos, o que, por sua vez, possibilitou a compreensão sobre como estoques de capital social podem estar relacionados com o desenvolvimento economicossocial nesses dois municípios estudados.

4.5.1.1.3 Participação

A dimensão da participação levaria os cidadãos a se engajarem em associações voluntárias e na vida cívica, o que potencializaria a elevação dos índices de capital social, ampliando os benefícios sociais e materiais para a sociedade. A categoria da participação é a mais comum associada ao capital social. As questões, nesta seção, consideram a natureza e a extensão da participação dos cafeicultores nas cooperativas e em vários tipos de redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações.

Para medir os níveis de capital social de uma comunidade, um elemento importante nesta análise é a verificação da confiança, pois a confiança interpessoal, social e nas instituições pode potencializar a cooperação e desencadear componentes participativos. A participação ampliada pela confiança

social determina formas de associações estruturadas que, por sua vez, influenciam no civismo dos cidadãos (Morrow apud por Nazzari, 2006).

A participação não se caracteriza somente pela busca de interesses particulares e sim pelo espírito público. A cidadania em uma comunidade se caracteriza pela participação nos negócios públicos. Putnam (1996) destaca que, quando há falta de virtude cívica, “os cidadãos buscam interesses próprios e particulares”.

O grau de participação das pessoas em uma cidade guarda relação com o estoque de capital social nela disponível. Aqui, particularmente, buscou-se identificar a intensidade de participação dos cafeicultores nas cooperativas e associações, de modo a, eventualmente, estabelecer relações entre o nível de envolvimento e os índices de desenvolvimento nos municípios. A participação é, portanto, o envolvimento direto, pessoal e voluntário dos cafeicultores, ideias ou causas, o que foi analisado neste estudo.

4.5.2 Indicadores de *accountability*

Hoje, há crescente demanda pela implantação de mecanismos de *accountability* que possibilitem a responsabilização daquelas pessoas que se ocupam de cargos públicos. O termo *accountability* pode ser entendido como a prestação de contas para a sociedade, por meio das reivindicações sociais através da liberdade de opinião, bem como pelo livre acesso às informações.

Assim sendo, a gestão pública deve incorporar mecanismos de *accountability* e ou controle como princípio básico da cidadania e da democracia. Sem um processo sistemático de *accountability*, a gestão pública não poderá ser exercida de forma eficiente, o que implicaria incalculáveis prejuízos para a grande maioria dos cafeicultores que tanto necessitam de uma presença da gestão pública, conduzida com efetividade e equidade.

Portanto, a gestão pública deve, sobretudo, possibilitar aos cafeicultores informações que confirmem transparência. Dessa forma, o *accountability* pode servir como mecanismo de transparência, de responsividade e prestação de contas dos recursos destinados às organizações, nos municípios estudados. A *accountability* diz respeito à prudência dos gestores públicos em relação ao que os membros dessas cooperativas pensam, pois a existência de mecanismos efetivos pode permitir chamá-los à fala quando não cumprirem suas responsabilidades.

Foram analisados neste estudo dois indicadores de *accountability* para identificar se os cafeicultores dos municípios estudados possuem sistemas de controle da gestão pública de suas cooperativas. Esses indicadores foram: *accountability* vertical (controle da gestão pública) e *accountability* horizontal (participação política).

4.5.2.1 Controle da gestão pública (*accountability* vertical)

Pode ser entendida como a prestação de contas dos representantes e dirigentes perante a sociedade e ou os membros do grupo, sendo, para isso, necessária a existência de uma mídia livre e canais de informação desobstruídos. Portanto, se há uma *accountability* vertical, há democracia (O'donnell, 1998).

Portanto, tanto a concepção de capital social como a de redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações que criam espaços nos quais a comunicação tem função-chave no sistema de *accountability*. Isso porque abrem acesso à informação e permitem que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados, além de constituir-se na área da gestão pública como uma poderosa ferramenta para aumentar a capacidade dos cidadãos de controlar e influenciar as decisões públicas.

O sentimento de pertencer ao grupo é fundamental na definição do *accountability*, pois ele permite que as pessoas transmitam informações,

mantendo-se atualizadas, já que as notícias podem ser repassadas por outros membros do grupo.

Neste estudo foram identificados os canais e as fontes de informações existentes pelas quais os associados (cafeicultores) tomam conhecimento da gestão da cooperativa à qual pertenciam, pois podem constituir um sistema de controle da gestão pública.

4.5.2.2 Participação política (*accountability horizontal*)

A participação política é um conceito amplo que vai do simples ato de votar ao engajamento partidário e à militância, assim como a outras formas de adesão a causas de cunho político-social. O envolvimento político ativo é aquele em que os indivíduos investem pessoalmente na militância, indo a reuniões e assembleias, que poderá ser mensurado a partir da sua participação. Nesse caso, foi mensurada a participação dos cafeicultores em reuniões e assembleias realizadas pelas cooperativas e instituições nos municípios estudados, como também sua representatividade em tais reuniões. Esse indicador possibilita verificar se existe um controle efetivo pelos cafeicultores nas associações as quais pertencem.

4.6 Operacionalização das variáveis de capital social e *accountability*

4.6.1 Coleta de dados

Na operacionalização das variáveis de capital social e *accountability*, foi utilizada uma coleta de dados, por meio de uma combinação de métodos, que teve por objetivo básico abranger a máxima amplitude de percepções, explicação e compreensão do foco em estudo. No campo, os dados foram coletados a partir de uma triangulação de visões e ou das percepções dos atores, mediante entrevistas de aprofundamento (roteiro), questionários (survey) e observação não participante.

O questionário estruturado (survey) foi elaborado visando a coleta de informações referentes às percepções dos cafeicultores frente aos indicadores de capital social e *accountability*, objeto da pesquisa. Foram utilizadas questões fechadas para o levantamento de dados nominais e questões de escala tipo Likert¹, visando identificar as percepções dos cafeicultores dentro da amostra em função de suas atitudes e opiniões em relação ao tema estudado.

Na pesquisa *survey* (quantitativa), na região de Três Pontas, utilizou-se uma estratégia na qual a coleta de dados foi realizada com o auxílio de oito acadêmicos do curso de Administração do Centro Universitário do Sul de Minas, Unis-MG, do município de Três Pontas. Na pesquisa de campo (quantitativa) realizada no município de Poço Fundo, MG, contou-se com o apoio de dois bolsistas do Programa de Iniciação Científica, Probic, da Universidade José do Rosário Vellano, Unifenas. Houve, ainda, a participação de uma bolsista em Lavras, MG, do Programa de Iniciação Científica e Prática Profissional (PICP) do Centro Universitário de Lavras (Unilavras).

A entrevista de aprofundamento (roteiro) constituiu-se de uma relação de tópicos para orientar o pesquisador, evitando que informações relevantes sobre o tema deixassem de ser abordadas. Essas entrevistas foram gravadas, dosando-se as inferências do pesquisador com o cuidado de não induzir respostas e impedir a livre manifestação do entrevistado e, ao mesmo tempo, evitar que a entrevista se afaste do seu foco.

Após a confecção do questionário e do roteiro, esses foram testados antes de serem utilizados para se avaliar as dificuldades e estimar o tempo necessário. Esse pré-teste também teve a função de apontar problemas e nortear as decisões que foram tomadas durante as entrevistas.

¹ A escala Likert foi proposta por Rensis Likkert, em 1936, para medir atitudes, compreendendo uma série de afirmações relacionadas ao objeto pesquisado. Na escala Likert, os respondentes são solicitados a informar o grau de concordância/discordância, cada resposta é atribuída a um número que reflete a direção da atitude.

A observação não participante ocorreu por meio do contato direto do pesquisador com os cafeicultores e as cooperativas observadas, a fim de obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Outro propósito dessa observação foi a elaboração de notas de campo mediante relatos escritos daquilo que o pesquisador ouviu, viu e da experiência no decurso da recolha dos dados do estudo.

A análise documental ocorreu de maneira incidente e se justificou para expor alguns dados do trabalho realizado e os resultados alcançados. Tais documentos se traduziram por documentos, publicações, informações estatísticas e de dados cadastrais formulados pelas cooperativas nos municípios estudados.

4.6.2 Análise dos dados

4.6.2.1 Na pesquisa quantitativa

No processo de análise dos dados, foi utilizado o software estatístico, pelo qual foram avaliados dois tipos de dados estatísticos:

- análise univariada: neste tipo de análise utilizaram-se a frequência, a porcentagem e a média de todas as variáveis consideradas na pesquisa – nominais e escalares. Para efeito das análises estatísticas, as escalas (que são ordinais) foram consideradas como intervalares;

- análise correlação: analisaram-se as correlações pelo método de Spearman com o nível de correlação significativa. As variáveis que apresentaram essas correlações foram utilizadas na contribuição da análise dos dados da pesquisa.

4.6.2.2 Na pesquisa qualitativa

No processo de análise das informações obtidas por intermédio de entrevistas de profundidade, foram utilizados processos envolvendo a organização das informações em relatos, transcrições, leitura e comparações,

para identificar o que existe ou não em comum entre elas, além da extração e da organização dos conceitos em categorias das comparações, com o objetivo de redigir os resultados.

Após a realização das análises dos dados separadamente, esses dados foram utilizados em uma única redação, em um tratamento conjunto na discussão do estudo, apontando a construção de reflexões sobre capital social e *accountability* no processo de desenvolvimento regional.

A adoção dos procedimentos metodológicos teve o objetivo de experimentar combinações de métodos capazes de fornecer a confiabilidade e a validade esperadas, ampliando-se a diversidade de olhares para a estruturação de um plano de análise no qual estava envolvida uma pluralidade de atores sociais, que proporcionaram uma coleta de dados que representaram a compreensão da realidade social implícita nos dois municípios estudados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente tópico consta de três partes, nas quais foram analisados os resultados da pesquisa mediante a combinação metodológica composta de dados estatísticos: frequência absoluta, frequência percentual, correlações positivas e negativas altamente significativas a 1% e a 0,5%, dados qualitativos provenientes das entrevistas realizadas com os cafeicultores, como também análises da observação não participante e análise documental sobre o tema em estudo.

Na primeira parte, foram analisados os resultados dos dados demográficos da população estudada. Na segunda parte, foram identificados e discutidos os indicadores do capital social (confiança, cooperação e a participação) e, na terceira parte, foram analisados os indicadores *accountability* vertical e *accountability* horizontal.

5.1 Dados demográficos dos cafeicultores estudados

Com base na distribuição de frequências (absoluta e relativa) e na pesquisa descritiva, podem-se apresentar informações demográficas a respeito dos cafeicultores estudados no município de Três Pontas e Poço Fundo, no sul do estado de Minas Gerais.

A média etária dos produtores entrevistados no município de Três Pontas foi de 45 anos, variando dentro de um intervalo de 15 a 87 anos, dos quais se destacam a faixa etária constituída por 51,8% dos respondentes (87), que situaram-se numa amplitude de 36 a 55 anos.

No município de Poço Fundo, verificou-se média etária de 41 anos, variando em um intervalo de 22 a 59 anos, dos quais 65% dos respondentes (26) situaram-se numa amplitude de 36 a 55 anos.

Dados relativos ao Diagnóstico da Cafeicultura Mineira realizado pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (1996) demonstraram que a média etária dos cafeicultores na região Sul de Minas era de 52 anos. Nos dois municípios estudados verificou-se uma média etária menor do que a encontrada pelo diagnóstico realizado no estado de Minas Gerais.

TABELA 1 Idade dos produtores amostrados nos municípios de Três Pontas e Poço Fundo, MG.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Idade	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
15 a 35 anos	47	28,0	28,0	10	25,0	25,0
36 a 55 anos	87	51,8	79,8	26	65,0	90,0
56 a 87 anos	30	17,8	97,6	4	10,0	100,0
Não responderam	4	2,4	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

No município de Três Pontas, fez-se uma estratificação por idade e verificou-se que 28% dos cafeicultores tinham entre 15 a 35 anos, 52,8% entre 36 a 55 anos e 17,8% apresentavam mais de 56 anos. No município de Poço Fundo, verificou-se que 25% dos cafeicultores tinham entre 15 a 35 anos, 65,0% entre 36 a 55 anos e 10,0% apresentavam mais de 56 anos.

Portanto, pelos dados referentes à média etária dos cafeicultores entrevistados e pela estratificação apresentada pela Tabela 1, pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados nos dois municípios era de cafeicultores de média idade.

5.1.1 Escolaridade dos entrevistados

O índice de analfabetismo detectado entre os 168 produtores entrevistados no município de Três Pontas foi de 0,6% (01) dos cafeicultores. Dos respondentes, 21,4% (36) possuíam o ensino fundamental incompleto;

10,1% (17), o ensino fundamental completo; 6,5% (11), o ensino médio incompleto; 24,4% (41), o ensino médio completo; 7,7% (13), o curso superior incompleto; 19,6% (33), o curso superior completo e 9,5% (16), curso de pós-graduação (Tabela 2).

Não foi verificado, no município de Poço Fundo, índice de analfabetismo entre os cafeicultores entrevistados. Entre os entrevistados, 5,0% (02) dos produtores tinham ensino fundamental incompleto; 52,5% (21), o ensino médio incompleto; 7,5% (03), o ensino médio completo; 30,0% (12), o curso superior completo e 2,5% (01), curso de pós-graduação.

TABELA 2 Grau de escolaridade dos produtores entrevistados.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Escolaridade						
Sem escolaridade	1	0,6	0,6	0	0,0	0,0
Ens.Fund.Incomp.	36	21,4	22,0	2	5,0	5,0
Ensino Fundamental	17	10,1	32,1	0	0,0	5,0
Ens. Médio Incomp.	11	6,5	38,6	21	52,5	57,5
Ensino Médio	41	24,4	63,0	3	7,5	65,0
Superior incompleto	13	7,7	70,7	0	0,0	65,0
Superior completo	33	19,6	90,3	12	30,0	95,0
Pós-graduação	16	9,7	99,8	1	2,5	97,5
Não responderam	0	0,0	100,0	1	2,5	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

A maioria dos entrevistados manifestou que valoriza a escola e a educação, as quais os ajudam a obterem conhecimento para aumentarem a sua eficiência na atividade rural e também a possibilidade de exercerem outras funções no mercado de trabalho. Isso pode ser observado nas seguintes declarações:

... eu fiz meu curso na Escola Agrotécnica Federal de Machado e o que eu estudei lá me ajuda agora a tocar meu negócio na atividade agropecuária (Produtor 02).

Vale a pena estudar não só pra se ter outros tipos de trabalho fora da questão rural, mas também, hoje, da porteira pra dentro, é preciso ter condições de tocar nosso negócio e a escola ajuda a gente. Por isso que é preciso dar uma formação melhor e buscarmos que os mais novos tenham um estudo melhor do que aquele que a gente teve para continuar a melhorar nossa atividade (Produtor 16).

Estudar é muito importante. Existia uma ideia de quem ia trabalhar na roça não precisava estudar. Hoje a gente viu que não. Temos que ser profissional porque o sistema e o mercado de café globalizado faz com que a prática do trabalho no mundo digital e todo mundo tem que estar afinado até mesmo pelas relações que a cooperativa tem com o mercado com várias equipes do mundo inteiro... (Produtor 5).

O nível de escolaridade também foi analisado por um presidente da cooperativa como um elemento essencial para a busca de informações com

vistas à melhoria do processo produtivo. Isso pode ser observado pela seguinte declaração:

... a escolaridade é importante. Quanto mais estudado o cooperado, melhor ele ouve. Lê o informativo da cooperativa, fica sabendo dos eventos e tem o interesse maior de participar da cooperativa pra melhorar seu processo produtivo com novas tecnologias que temos a oferecer
(Presidente 1).

É interessante observar que uma das principais preocupações dos pesquisadores, professores universitários, extensionistas e difusores de tecnologia, na área agropecuária, é a lenta ou, mesmo, a não-adoção das tecnologias geradas pela pesquisa agropecuária. Isso ocorre com frequência, apesar de essas novas tecnologias terem se mostrado, na pesquisa, mais eficientes que as utilizadas na cafeicultura orgânica e ou convencional. Geralmente, as justificativas para esse fato seriam as limitações educacionais dos fazendeiros (Cezar et al., 2000; Rogers, 1995; Dias, 1985; Thiollent, 1984 e Gardner, 1984). Entretanto, essa limitação não foi evidenciada entre os cafeicultores nos dois municípios estudados.

Os dados relativos às variáveis escolaridade do cafeicultor e o tamanho da propriedade agrícola na região de Três Pontas estavam correlacionados positivamente (+0,427), altamente significativos a 1%, demonstrando que o aumento da escolaridade dos produtores indicava proprietários com maiores extensões de terra. Também a variável escolaridade estava correlacionada positivamente (+0,372), significativa a 5%, à variável tamanho da lavoura cafeeira, indicando que quanto maior era a escolaridade, maior era o tamanho das lavouras no município de Três Pontas. Os dados sobre o tamanho da

propriedade agrícola e o tamanho da lavoura cafeeira podem ser observados nos tópicos a seguir.

5.1.2 Caracterização das propriedades agrícolas

Nas Tabelas 03 e 04 estão reunidas as características das propriedades de acordo com sua área total e a área de café plantada, levantadas a partir das informações junto aos cafeicultores no município de Três Pontas e Poço Fundo na região sul do estado de Minas Gerais.

5.1.2.1 Caracterização das propriedades de acordo com a área total

No município de Três Pontas, 33,9% (57) das propriedades são de até 10 ha; 36,9% (62) são médias propriedades, de 10 a 50 hectares e 26,8% (45), propriedades acima de 50 hectares.

Verificou-se que, no município de Poço Fundo, a maioria das propriedades agrícolas era pequena, 72,5% (29) e as médias propriedades eram cerca de 22,5% (09) da amostra estudada.

TABELA 3 Caracterização das propriedades agrícolas de acordo o tamanho.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Até 10 ha	57	33,9	33,9	29	72,5	72,5
10 a 50 ha	62	36,9	70,8	9	22,5	95,0
Acima de 50 ha	45	26,8	97,6	0	0	95,0
Não responderam	4	2,4	100,0	2	5,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Pelos dados da pesquisa, pode-se observar o sistema social encontrado, evidenciado nos dados da Tabela 3, é de um grande número de pequenas e médias propriedades cafeeiras, as quais são importantes, devendo ser um fator a ser considerado pelas associações de classe nos municípios estudados.

Portanto, esse perfil dos cafeicultores e de suas propriedades deve orientar os gestores e os diretores das cooperativas. Assim, a seleção das palestras e tecnologias a serem demonstradas deve levar em consideração esses dados do sistema social, pois a incompatibilidade das ofertas tecnológicas com os sistemas de produção existentes poderá estar longe da sua capacidade de aquisição ou incorporação no sistema produtivo pelos cafeicultores nos dois municípios estudados.

5.1.2.2 Caracterização das lavouras cafeeiras

Observa-se, pelos dados da Tabela 4, a predominância de pequenas áreas com cafeeiros no município de Três Pontas, representadas por 49,4% (83) do total pesquisado. As médias lavouras cafeeiras são 32,1% (54), enquanto as maiores (acima de 50 ha de café) são cerca de 17,3% (29) da amostra estudada.

No município de Poço Fundo foram identificadas somente lavouras cafeeiras com o máximo de 10 ha de área. Segundo a Coopfam (2008), as famílias cooperadas possuem, em média, sete hectares. Essas áreas são destinadas ao cultivo do café orgânico, representando a mais importante área produtora desse segmento no Brasil, com o envolvimento direto de 136 famílias.

TABELA 4 Caracterização das áreas ocupadas com cafeeiros.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Tamanho da Área com Café						
Até 10 ha	83	49,4	49,4	39	97,5	97,5
10 a 50 ha	54	32,1	81,5	0	0,0	97,5
Acima de 50 ha	29	17,3	98,8	0	0,0	97,5
Não Responderam	2	1,2	100,0	1	2,5	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

O município de Três Pontas destaca-se na cafeicultura nacional, pois é considerado o maior produtor de café do Brasil, com mais de 30 milhões de cafeeiros numa área aproximada a 24 mil hectares. Além disso, o café ali produzido tem características químicas e físicas que o diferenciam por meio do sabor excepcional e inconfundível, tornando-o uma referência mundial (Três Pontas, 2008).

Esses dados podem ser evidenciados a partir da declaração do presidente da cooperativa, que considerou algumas características da cafeicultura regional.

As condições de clima são favoráveis à obtenção de um café de sabor agradável... Os cafés obtidos através das nossas lavouras geralmente 'bebem bem', não apresentam gosto de iodo característico dos cafés classificados como 'rio'. Prova maior disso é que, em média, 75% dos cafés entregues na cooperativa são exportáveis (Presidente 2).

Por meio da declaração do presidente da cooperativa, observa-se que essas características resultam em algumas vantagens para os cafeicultores da região de Três Pontas em relação a outras regiões cafeeiras, como: maior facilidade na colocação do produto no mercado externo e obtenção de preços mais elevados por saca.

Com relação à caracterização das áreas ocupadas por cafeeiros produzidos de forma biológica, no município de Poço Fundo, o presidente da Associação dos Produtores Orgânicos de Poço Fundo declarou o porquê e a importância da produção de cafés orgânicos na região.

Produzimos café orgânico e convencional sem agrotóxico. Não usamos nenhum tipo de defensivo agrícola, somente fertilizante químico nos cafés convencionais. Preservamos as nascentes das águas e as nossas florestas. Garantimos 'qualidade' de vida e saúde às nossas famílias e aos nossos consumidores. Oferecemos um bom café com sabor de 'saúde', um produto que, ao ser adquirido e consumido, automaticamente, estarão também promovendo a vida de agricultores familiares, apoiando projetos sociais que atingem as famílias produtoras e crianças carentes da nossa cidade (Presidente 3).

O presidente também se manifestou a respeito da importância da cafeicultura para a região.

O projeto proposto aqui no nosso município é um sistema de produção vivo que promova a vida no campo, vida em sua plenitude, desde a abençoada mãe terra até o abençoado produtor que gasta suas energias pensando na melhoria da qualidade de vida sua e de sua família... o grande propósito nosso é oferecer ao homem uma alternativa para que ele possa viver bem economicamente e com saúde... o que estamos falando e sobre a qualidade do alimento e de consciência na vida... (Presidente 3).

A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região e a Associação de Produtores Orgânicos de Poço Fundo possibilitam aos agricultores familiares o treinamento técnico e gerencial, visando o sucesso de pequenas propriedades, o que resultou na conquista de um sistema produtivo sustentável, com o atendimento aos princípios e às normas estabelecidos pelas certificações *fair trade* e cafeicultura orgânica. A agricultura orgânica permitiu os cafeicultores passassem a comercializar os produtos diretamente com os compradores, com agregação de valor, conquista de novos mercados e maior rentabilidade. Essas instituições preconizam a não utilização de agrotóxicos. Quando as certificadoras fornecem informações sobre as normas e os padrões exigidos, a cooperativa e a associação ajudam na adequação da tecnologia à realidade vivida na região.

5.1.3 Participação da atividade agropecuária no total da renda familiar

Na Tabela 5 estão reunidos os dados levantados relativos à participação da atividade agropecuária na renda familiar. Observou-se, no município de Três Pontas, que, para 11,3% (19) dos produtores, a atividade agropecuária representava até 20% de sua renda familiar; para 6,5% (11) dos produtores, representava de 21% a 40%; para 19,7% (33), representava de 41% a 60%; para 11,9% (20) dos produtores, a atividade representava de 61% a 80% de sua renda familiar e para 4,8% (08), representava de 81% a 99% da renda. Ainda destaca-se o estrato de 37,5% (63) dos produtores, para o qual a atividade agropecuária representava 100% da renda bruta familiar.

Ainda em relação à atividade agropecuária e a renda familiar, no município de Poço Fundo, 2,5% (01) representava de 21% a 40% da renda bruta familiar; para 5,0% (02) dos cafeicultores representava entre 41% a 60%; para 12,5% (05), de 61% a 80%; para 20% (08), de 81% a 99% e, para a grande maioria, 72,5% (29), representava 100% da renda familiar. Nessa região,

verificou-se correlação negativa altamente significativa, a 1%, na variável idade dos cafeicultores (-0,442), indicando que a participação da atividade agropecuária no total da renda familiar era maior para os produtores mais jovens.

TABELA 5 Renda bruta familiar proveniente da atividade agropecuária

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Renda Familiar	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Até 20%	19	11,3	11,3	0	0,0	0,0
21 a 40%	11	6,5	17,8	1	2,5	2,5
41 a 60%	33	19,7	37,5	2	5,0	7,5
61 a 80%	20	11,9	49,4	5	12,5	20,0
81 a 99%	8	4,8	54,2	8	20,0	40,0
100%	63	37,5	91,7	29	72,5	100,0
Não Responderam	14	8,3	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Conforme demonstrado, os produtores rurais declararam alta porcentagem de contribuição da atividade agropecuária na renda familiar. Pelas declarações dos produtores no município de Poço Fundo, pode-se perceber que os produtores procuravam outras formas para completar o orçamento familiar, como a produção e a comercialização de rapadura, mel, milho, feijão e a cultura da banana, que também é utilizada como proteção natural e orgânica das lavouras de café.

O café representa 80% da minha renda com certeza; o resto vem de outras atividades, porque também produzo rapadura e mel para ajudar na minha renda (Produtor 5).

... a banana, além de servir como quebra-vento no carreador, eu também comercializo ela para ajudar na renda no mês... (Produtor 1).

A banana serve de quebra-vento no carreador, protegendo o café do vento... (Produtor 3).

... em relação à renda, ela está mudando de uns tempos pra cá. Esse costume convencional de plantar o café e viver apenas dele, hoje, a gente vê a necessidade de algo para complementar e para diversificar as culturas. Mesmo o milho e feijão ajuda bastante (Produtor 5).

Pelos dados da Tabela 5, pode-se evidenciar que cafeicultores são bastante dependentes, em termos da contribuição da produção da agropecuária na sua renda familiar e, ainda, verifica-se a participação de 100% da atividade cafeeira na renda familiar entre os 37,5% (63) dos produtores entrevistados no município de Três Pontas e 72,5% (29) no município de Poço Fundo. A partir desses dados pode-se inferir que são características da agricultura familiar segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO (1994).

Esse sistema social é imprescindível para os gerentes das associações e cooperativas, nas duas regiões estudadas, pois é apontado por Rogers (1995) e Dias (1985) como um dos elementos-chaves no processo de difusão e transferência de tecnologia e que corresponde à comunidade onde a ideia ou inovação está sendo difundida. E a compreensão das suas normas e valores e padrões de comportamento estabelecidos pelos membros do sistema social

podem ser uma barreira às mudanças e afetando a difusão e a introdução de inovações tecnológicas no sistema produtivo.

Portanto, as cooperativas e os seus dirigentes devem compreender, por meio de uma visão ampla da forma de vida desses produtores, suas necessidades, aspirações e objetivos a curto e a longo prazos, fazendo com que as novas ideias (inovações) sejam orientadas para esse sistema social (público alvo).

5.1.4 Caracterização das associações em Três Pontas e em Poço Fundo

Foram identificadas, nos dois municípios estudados, associações, redes e ou grupos que possibilitaram verificar o estoque de capital social e de *accountability* existentes. Segundo Putnam (1996), é nas associações que se verificam a confiança, o espírito de cooperação, o comprometimento, a coordenação de esforços e os interesses coletivos, na medida em que permitem que as pessoas se reúnam, se conheçam e troquem informação entre si, o que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento.

As associações que foram identificadas nos dois municípios e que apresentaram grande número de associados, as quais são passíveis de serem estudadas, foram as cooperativas agrícolas da região de Três Pontas e Poço Fundo, as quais passaremos a caracterizar.

De acordo com os dados da Tabela 6, relativos as cooperativas às quais os cafeicultores estavam associados na região de Três Pontas, pode-se observar que 44,0% (72) estavam associados à Cocatrel; 17,3 (29) eram associados à Unicoop; 1,8% (3) eram associados à Copacafé; 4,8% (8) eram associados à Capebe; 3,0% (5) eram associados à Cooparaíso e 4,8% (8) eram associados à Cooxupé.

TABELA 6 Caracterização das cooperativas associadas pelos cafeicultores no município de Três Pontas, MG.

Cooperativa associada	Freqüência	Freqüência	% Acumulado
	Absoluta	Percentual (%)	
Cocatrel	74	44,0	44,0
Unicoop	29	17,3	61,3
Copacafé	3	1,8	63,1
Capebe	8	4,8	67,9
Cooparaíso	5	3,0	70,9
Cooxupé	8	4,8	75,7
Não Responderam	41	24,4	100,0
Total	168	100,0	

Entrevistado, um produtor comentou que ele era associado em mais de uma cooperativa devido à facilidade do escoamento, armazenamento e comercialização da sua produção.

Estou cooperado em duas cooperativas. Isso me dá a oportunidade de levar minha produção onde eu achar melhor comercializar o café que eu tenho (Produtor 10).

Outro produtor entrevistado considerou ser necessário estar cooperado em uma cooperativa no município vizinho, pois se conseguem preços de insumos melhores.

Já fiz pesquisa de preço nas cooperativas da região e sempre encontro mais barato lá... é normal achar preços diferentes de insumos e principalmente fertilizantes nas cooperativas aqui na região (Produtor 14).

Percebe-se que os produtores na região de Três Pontas utilizaram redes mais abertas, nas quais a associação em uma cooperativa estava intimamente relacionada a uma ação instrumental para a melhoria de seus padrões de competitividade. Isso porque existem possibilidades de conseguir preços melhores em outras cooperativas da região para a comercialização e para a aquisição de insumos agrícolas.

Ficou evidente, nessa região, que há formas de capital social institucional, em que os cafeicultores estavam associados a outra e, até mesmo, a duas cooperativas simultaneamente para obterem benefícios de ordem pessoal, principalmente o acesso ao armazenamento e à comercialização da sua produção.

Os produtores da região de Três Pontas foram questionados sobre o motivo da comercialização do seu produto via cooperativa agrícola. A maioria das respostas foi em torno da confiança que eles tinham em negociar e receber o valor comercializado na cooperativa.

Eu comercializo minha produção aqui na cooperativa... pelo motivo da certeza de receber o negociado em até no máximo sete dias de prazo ... (Produtor 15).

É uma questão que podemos falar da certeza do recebimento da venda do café. Que se eu vendesse para outros atravessadores, eu não tenho essa certeza de receber (Produtor 7).

O motivo é pela confiança na cooperativa. A gente entrega o produto, eles armazenam e somente depois

de assinar uma autorização de venda eles vende o meu produto... eu tenho certeza de receber o que foi combinado, né ... (Produtor 12).

Percebe-se, pelas declarações, a existência de uma confiança institucional. E a confiança é primordial para a interação e os relacionamentos. A confiança interpessoal é o relacionamento entre as pessoas no cotidiano, envolvendo as relações com os membros da família, amigos, professores, vizinhos, entre outros grupos de referência para os indivíduos. Por isso é mais difusa que a confiança institucional. Por sua vez, a confiança institucional é relacionada à credibilidade das instituições políticas, econômicas e sociais. Ambas fazem parte da confiança social que gera cooperação e alimenta a participação em organizações horizontais, como é o caso da participação observada nas cooperativas da região de Três Pontas.

Nesse sentido, a finalidade de ação coletiva sugere que se considere o capital social em duas distinções: capital relacional que se refere aos valores, atitudes, normas, crenças que predispõem os indivíduos para cooperar com os outros membros da comunidade e o capital institucional, que se refere a organizações que facilitam mutuamente o benefício da ação coletiva (Krishna, 2000).

No município de Poço Fundo todos os entrevistados eram cooperados da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo, a Coopfam. Esta cooperativa é constituída de pequenos produtores rurais. Inicialmente, era uma associação, mas, com as exigências do mercado, em especial da Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais em relação ao lançamento de notas fiscais e outras obrigações fiscais, passou a ser uma cooperativa, facilitando a comercialização e a exportação do café.

A cooperativa trabalha com café orgânico ou café biológico e também com café convencional sem agrotóxico. Cem por cento da produção dos produtores cooperados é exportada. Hoje, a Coopfam já exporta seu café em um contêiner próprio para o exterior, via Porto de Santos, sem nenhum atravessador ou terceirização na comercialização. Dessa forma, consegue, no processo de comercialização, eliminar elos da cadeia produtiva, fazendo chegar, diretamente, aos seus consumidores internacionais o seu produto.

Pode-se perceber, pelas declarações dos cafeicultores associados, o orgulho de pertencer à cooperativa, o que lhes possibilitou exportar o café produzido no município de Poço Fundo.

Nos tamos na cooperativa desde o início desde da época da associação que, no fundo, o pessoal até ria da gente, falava: ‘o cara é loco’! Isso tudo aconteceu com nós, mas a gente não desistiu, né? E hoje estamos aí, mandando nosso café pra fora do Brasil (Produtor 4).

Fico feliz de pertencer a essa cooperativa, no início ninguém acreditava que a gente ia conseguir chegar tão longe assim... (Produtor 6).

Observou-se, por meio da pesquisa de campo, que o capital social, formado em Poço Fundo iniciou-se apoiado em uma da filosofia da “promoção da vida” no campo e na cidade, por meio do movimento da Pastoral da Terra, sendo a comercialização realizada pela associação dos agricultores orgânicos que se integraram à cooperativa com o objetivo de exportar seu café. Nessa região foi identificada uma rede densamente fechada que os conectava de

maneira intensa, gerando vínculos de confiança e solidariedade. Essa rede formada pelos cafeicultores orgânicos em Poço Fundo lhes garantiu um processo de comercialização em contêineres para os compradores fora do Brasil, eliminando assim elos da cadeia produtiva. Isso os protegia de um mercado que pode explorar e permitir comportamentos oportunistas, como é o caso do mercado de café brasileiro que é extremamente competitivo.

Coleman (2000) considera que esse comportamento oportunístico é classificado como “free rider”, em que entidades e instituições desrespeitam as normas de confiança e solidariedade existentes entre os membros dessa rede constituída.

Também nesse tipo de rede fechada encontrada no município de Poço Fundo, foram encontradas algumas vantagens, como redução do custo de transação entre os cafeicultores. Isso porque essa rede fechada permite que as informações circulem dentro do grupo e, a confiança existente evita que os membros desconfiem de informações repassadas pelos membros e os dirigentes da cooperativa (fonte primária de informação).

5.1.5 Período em anos de associação às cooperativas

O período de filiação dos cafeicultores de Três Pontas às cooperativas da região pode ser observado na Tabela 7. Constata-se que 53,6% (90) estavam associados pelo período de 0 a 10 anos; 29,2% (49), de 11 a 20 anos; 8,3% (14), de 21 a 30 anos; 2,4% (4), de 31 a 40 anos e 0,6% (1), de 41 a 50 anos.

TABELA 7 Período, em anos, de associação às cooperativas da região de Três Pontas e Poço Fundo, MG.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
	Absoluta	Percentual	Acumulado	Absoluta	Percentual	Acumulado
Quantidade em anos	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	

... continua ...

TABELA 7, Cont

0 a 10 anos	90	53,6	53,6	22	55,0	55,0
11 a 20 anos	49	29,2	82,8	9	22,5	77,5
21 a 30 anos	14	8,3	91,1	0	0,0	77,5
31 a 40 anos	4	2,4	93,5	0	0,0	77,5
41 a 50 anos	1	0,6	94,1	0	0,0	77,5
Não Responderam	10	5,9	100,0	9	22,5	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Os dados quantitativos demonstraram que, na região de Três Pontas, existiam correlações positivas, a 1%, altamente significativas entre as variáveis anos como associado na cooperativa e o tamanho da propriedade agrícola (+0,405). Isso indica que quanto maior o tempo o cafeicultor estava associado à cooperativa, maior era o tamanho de sua propriedade. Os dados demonstram também correlações positivas, significativas a 5%, entre as variáveis anos como associado e tamanho da lavoura cafeeira (+0,354) e escolaridade (+0,270), indicando que quanto maior a quantidade de anos em que estavam associados às cooperativas maiores eram também o seu grau de escolaridade e as lavouras cafeeiras. Esse fato pode estar relacionado à aquisição de novas tecnologias que foram incorporadas ao sistema produtivo, aumentando assim suas lavouras cafeeiras e, conseqüentemente, o tamanho das propriedades agrícolas. Também estão relacionadas a compras e aquisições ou, ainda, a heranças deixadas pelos pais e avós, como foi constatado pela pesquisa descritiva.

A gente tem um conhecimento largo da cafeeicultura e, com isso, conseguimos produzir e comercializar e, com a venda do café, conseguimos comprar mais dois pedaço de terra do vizinho, onde tamo pensando cultivar mais café (Produtor 17).

A minha família é toda de cafeicultores, meus pais e meus avós paternos e maternos. A gente continua a atividade deles. É só o que nos resta e o que sabemos fazer (Produtor 13).

Em Poço Fundo foram encontrados produtores que faziam parte da cooperativa Coopfam desde a sua constituição, 22,5% (09) e outros 55,0% (22) que faziam parte da cooperativa entre 0 a 10 anos.

Sou fundador da associação de produto orgânico e da cooperativa agora. Tô com meus vizinhos desde o início da fundação (Produtor 4).

Sou associado desde o início, quando começamos com a ideia da criação da associação de pequenos produtores orgânicos, lá pros meados do ano de 1984 (Produtor 6).

A Coopfam teve início com um movimento de pequenos produtores, em 1984, que, posteriormente, a transformaram em uma associação em 1991. Mas, por causa de dificuldades de comercialização, optaram, no final de 2003 e início de 2004, pela criação de uma cooperativa, a Coopfam. Os pequenos agricultores familiares da região de Poço Fundo, em sua maioria, são aqueles que tiveram ligados a Pastoral da Terra, os quais têm grande interesse na promoção da vida. Os cooperados possuem visão ampla do contexto social e cultural e têm consciência do papel de cidadania que todos devem promover. Assim a cooperativa funciona como uma empresa com gestão participativa, dividida em núcleos de produtores em que todos são convidados a participar. A adesão é espontânea e cresce de acordo com a demanda dos produtores.

5.2 Indicadores do capital social

5.2.1 Confiança

Dos 168 cafeicultores entrevistados no município de Três Pontas, 66,0% (111) concordaram que existe confiança entre os cafeicultores naquela região; 15,5% (26) ficaram indecisos e 16,1% (27) discordaram que existe confiança entre os cafeicultores nessa região.

Em Poço Fundo, os dados demonstram que 87,5% (35) dos entrevistados concordaram que existe confiança entre os cafeicultores daquele município, 5% (02) ficaram indecisos e 7,5% (03) discordaram com essa afirmação.

TABELA 8 Percepção dos cafeicultores em relação à confiança.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Concordo fortemente	14	8,3	8,3	8	20,0	20,0
Concordo	97	57,7	66,0	27	67,5	87,5
Indeciso	26	15,5	81,5	2	5,0	92,5
Descordo	19	11,3	92,8	2	5,0	97,5
Descordo fortemente	8	4,8	97,6	1	2,5	100,0
Não Responderam	4	2,4	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Recentemente, a confiança tem merecido atenção das ciências sociais, com a explosão do interesse pelo tema e os meios de promovê-la. Particularmente neste trabalho o estudo sobre a confiança é essencial, pois se trata de um ingrediente vital do capital social. Isso porque, a partir dela, poderão existir cooperação e participação dos atores sociais envolvidos, o que pode estar relacionado ao desenvolvimento social e à prosperidade econômica da cafeicultura nas duas regiões estudadas. Essa variável representa, na literatura sobre o assunto, ingrediente fundamental para a manutenção de laços e redes, os quais promovem a eficiência das sociedades em busca de objetivos comuns.

Enquanto, na versão associativa, confiança é sinônimo de amizade e solidariedade, na perspectiva econômica, relações estáveis de confiança são vistas como instrumento para “azeitar” as relações entre os envolvidos para melhorar a eficiência entre e no interior das associações. A confiança constitui, desse ponto de vista, ingrediente chave para reduzir as ameaças e as “falhas de mercado”, diminuindo os riscos do negócio (Albagli & Maciel, 2002).

Ficou evidenciado, neste estudo, que no município de Poço Fundo existe alto grau de confiança entre os cafeicultores o que, sem dúvida, solidificou o capital social existente nessa região e proporcionou a sustentação de normas, condutas e valores que predispõem os cafeicultores para cooperar por meio da estrutura organizacional da Copfam. Isso, conseqüentemente, contribuiu para o desenvolvimento da cafeicultura regional em Poço Fundo.

Um dos diretores declarou que essa confiança, existente na cooperativa de Poço Fundo, veio da “base”, ou seja, da associação dos produtores orgânicos do município, e que a essência filosófica dos associados foi criada com base na solidariedade e no espírito de ajuda mútua.

O produtor orgânico, até mesmo pela ideia de ser orgânico, já tem toda uma firmeza, uma transformação daquilo que realmente é o objetivo onde quer chegar. Realmente uma visão diferenciada onde ele não vê apenas a questão de produção e de preço, mas sim a união e a solidariedade e ajuda entre eles próprios. Você vai notar essa diferença no seu estudo (Diretor 3).

Robert Putnam (1996) considera que, para manter os laços comunitários, é necessário difundir a confiança entre as pessoas, pois isso permite aos

envolvidos superarem o individualismo. Então, a confiança criada entre os agentes pertencentes de uma rede de relacionamento é de fundamental importância na formação do capital social. A confiança possibilita maior interação entre os participantes, garantindo que os resultados e os ganhos coletivos sejam maiores que os ganhos individuais. Contribuindo com essa análise, Albagli e Maciel (2003) consideram que "o capital social constitui um ativo resultante do pertencimento a uma dada comunidade".

Em Poço Fundo, ficou evidente, pelas observações de campo, que a confiança alcançada por esse grupo foi produto de longo prazo, a partir de padrões históricos de associativismo de compromisso e interações extrafamiliares. Culturalmente, os cafeicultores ficaram mais dispostos à associação e ao engajamento em ações coletivas, o que proporcionou melhor organização dos cafeicultores para solucionar os problemas comuns.

Existe muita confiança e cooperação entre os produtores. Você vê nas comunidades alguns fatos e histórias de solidariedade, quando eles juntam cinco aqui dez ali. Já existia isso na vida deles. Hoje nos temos comunidade onde as casas são construídas em mutirão, não é só o fato deles produzirem café. Na vida deles eles têm isso como princípio. É um sistema enraizado e a cooperativa vem para fortalecer de uma forma tanto econômica como social (Diretor 1).

Na opinião do diretor da cooperativa, os cafeicultores da região de Poço Fundo não são atores isolados, mas estão embutidos, enraizados, imersos, imbricados, incrustados (*embeddness*) nas relações, redes e estruturas sociais.

Isso porque o comportamento dos indivíduos não é movido apenas pela racionalidade econômica, mas também pela sociabilidade. Nessa visão, os laços pessoais e as redes de relacionamento entre os cafeicultores podem explicar o processo de desenvolvimento social e econômico da cafeicultura da região.

Na opinião de um produtor, existe confiança entre os cafeicultores, pois a cooperativa se desenvolveu e cresceu, o que, de outra maneira, não poderia ocorrer.

Na minha opinião, existe muita confiança porque não iria chegar onde chegou. Porque a gente é pequeno e não consegue fazer sozinho, né?... A gente tem que confiar nos outros (Produtor 2).

Na opinião de outro diretor, existe também, no grupo formado inicialmente pela associação dos produtores orgânicos que trabalham com a filosofia do *fair trade*, novos entrantes que usufruem da estrutura da cooperativa para obterem benefícios de ordem pessoal, principalmente ao acesso à comercialização e exportação do café. Isso pode ser observado pela seguinte declaração.

Acredito que existe confiança entre os diretores, líderes e aqueles que iniciaram a associação, mas existe também alguns produtores no meio que usufruem do sistema apenas pra seus objetivos. Então, você não confia em ninguém se você não for de confiança. É mais ou menos assim: se você não confia em ninguém, nem em si mesmo, então você não consegue confiar nos demais. Todos

aqueles que são pessoas idôneas, que confiam em si mesma também confiam nos outros. Eu acredito que aqui seja no mínimo 90% de confiança, com certeza (Diretor 2).

No município de Três Pontas foi encontrado também um grau de confiança significativo entre os cafeicultores. Isso, evidentemente, pode estar relacionado com o desenvolvimento social e a prosperidade econômica alcançada pelo município, considerado destaque na cafeicultura nacional, sendo a cidade de maior produção de café do Brasil, respondendo por 5% da produção mineira e 1,7% da produção nacional. No aspecto social, ressalta-se a expressiva capacidade de absorção de mão-de-obra, pois gera 27 mil empregos diretos e indiretos (Companhia Nacional de Abastecimento, 2008).

Acredito que existe confiança porque senão a região não 'taria tão forte assim na cafeicultura. Ela só ta progredindo, as pessoas aqui uniu e cresceu (Produtor 15).

Nesse município, a confiança abrange outro aspecto, pois a vinculação do produtor às cooperativas foi essencialmente viabilizada por laços econômicos, tendo como fatores principais a facilidade e o poder de barganha para comercializar a sua produção. Esse aspecto fica evidente nas seguintes declarações.

...essencialmente, fiquei cooperado aqui na cooperativa pela facilidade de comercializar o meu café, porque podemos armazenar na

cooperativa e vender na época que o preço estiver melhor (Produtor 13).

Primeiramente eu to associado para poder comprar insumos e vender minha produção. Esse sistema de cooperação facilita muito pra gente... (Produtor 14).

O benefício de fazer parte da cooperativa é a segurança na comercialização (Produtor 7).

Observou-se, durante a pesquisa, que o motivo de fazer parte da cooperativa era a possibilidade de comercializar o produto. Alguns cafeicultores se referiram às dificuldades que enfrentavam pessoalmente, ou na família, nos períodos que ficavam na dependência de outros tipos de organizações e empresas que recebiam a produção. Essas instituições nem sempre honravam os compromissos assumidos com os produtores ou nem sempre pagavam os preços adequados.

...quando a gente não tinha a cooperativa, a gente ficava na mão dos atravessadores da região. Eles pagavam o preço que eles queriam. Agora, com a cooperativa, podemos armazenar e vender em uma hora melhor, quando o preço for maior (Produtor 14).

Acredito eu, a finalidade de fazer parte da cooperativa é a segurança na comercialização. Você vendeu, você recebe em sete dias no máximo

e, quando você vai vender pra terceiro, você não tem essa confiança igual na cooperativa (Produtor 7).

Pavarina (2003) verificou, em seu estudo, que a vinculação de um produtor rural a uma cooperativa tem como primeiro objetivo a finalidade econômica. Mas, o autor destaca a relação de confiança e de credibilidade nas cooperativas, pois a sobrevivência, no longo prazo, somente é possível com a presença de relações de confiança. As cooperativas atuam em um espaço delimitado pela rede estabelecida entre os cooperados.

O acesso de uma pessoa a um sistema cooperativo torna-a um agente participante do desenvolvimento local. A sua capacidade de articulação e de influência dependerá, contudo, da forma como interage com os demais cooperados. A interação, a confiança, a definição de objetivos comuns e a estruturação da rede social são questões fundamentais para compreender o processo cooperativista e a importância relativa do capital social para o desenvolvimento do local onde ocorre. Assim, a vinculação dos cafeicultores à cooperativa contribui para o desenvolvimento da cafeicultura e para o aumento do capital social na região.

5.2.1.1 Normas compartilhadas entre os cafeicultores

Na literatura sobre capital social fica evidenciado, por autores como Coleman (1990) e Putnam (1996), que o estoque de capital social está relacionado ao nível de confiança e à real extensão das obrigações existentes entre o grupo social. O capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. Essas normas e ou, mesmo, sanções encorajam os indivíduos a trabalharem por

um bem comum, abandonando os interesses próprios imediatos que facilitam ações coordenadas na busca de objetivos comuns.

Na região de Três Pontas, 70,8% (119) dos cafeicultores concordaram que existe um comportamento estável honesto, baseado em normas compartilhadas entre eles; 14,9% (25) ficaram indecisos e 4,2% (7) discordaram que existe um comportamento estável, honesto, baseado em normas compartilhadas entre os produtores da região.

No município de Poço Fundo, 80% (32) dos cafeicultores concordaram que existe um comportamento estável, honesto, baseado em normas compartilhadas pelos membros do grupo; 12,5% (12) ficaram indecisos e 7,5% (03) discordaram dessa afirmativa.

TABELA 9 Percepção dos cafeicultores em relação à existência de um comportamento estável honesto baseado em normas compartilhadas pelos membros do grupo.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Concordo fortemente	14	8,3	8,3	11	27,5	27,5
Concordo	105	62,5	70,8	21	52,5	80,0
Indeciso	25	14,9	85,7	5	12,5	92,5
Descordo	17	10,1	95,8	2	5,0	97,5
Descordo fortemente	4	2,4	98,2	1	2,5	100,0
Não Responderam	3	1,8	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Os dados estatísticos sobre correlações confirmaram a existência de ações coordenadas entre os cafeicultores, pois, na região de Três Pontas, a variável confiança entre os cooperados e o comportamento estável honesto, baseado em normas compartilhadas, estava correlacionada positivamente (+0,683), altamente significativa a 1%. Isso significa que a existência de

confiança favorece o aumento do comportamento honesto, baseado em normas compartilhadas entre os cafeicultores, o que facilita ações coordenadas nessa região. Também no município de Poço Fundo foram encontrados dados semelhantes, com correlação positiva significativa a 5% com a variável comportamento estável honesto, baseado em normas compartilhadas (+0,380), indicando que a confiança favorece obrigações e normas que encorajam os cafeicultores a trabalharem na busca de objetivos e pelo bem comum.

Durston (2000) ressalta que a ideia de reciprocidade, que não é nova na teoria social, foi desenvolvida a partir do clássico “Ensaio sobre o Dom”, escrito, no início do século XX, pelo antropólogo francês Marcel Mauss e publicado nos anos 1950. Mauss argumentou que em qualquer entorno socialmente delimitado as relações sociais são estabelecidas por meio de numerosas relações pretéritas. São sistemas não mercantis de trocas em que a compensação por um favor, um empréstimo ou um presente é obrigatória, mas não de forma imediata e nem sempre de equivalência precisa. Alguns consideram que Mauss fornece uma das bases antropológicas do conceito de capital social, identificando a reciprocidade como princípio que rege as relações institucionais formais e informais em uma comunidade.

Esse capital social comunitário encontrado no estudo refere-se à capacidade que esses cafeicultores possuem de gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades e cooperativas, além do potencial organizativo que essas mesmas estruturas comunitárias e cooperativas possuem, envolvendo vínculos entre eles, formando grupos homogêneos. Essa “supercola sociológica”, nas palavras de Putnam (1996), cria um ambiente de lealdade e reciprocidade entre membros, sendo útil, especialmente, para a resolução de problemas coletivos por meio do apoio mútuo dos grupos existentes.

Observou-se, nos dois municípios, a existência de capital social, tendo como base a confiança e, conseqüentemente, a obediência às normas e à estrutura normativa, gestora e sancionadora da organização associativa (cooperativa) à qual os cafeicultores estavam vinculados. Assim, na cooperativa o capital social resulta num estilo de vida baseado no comportamento comunitário coletivo, numa sociedade na qual os cafeicultores têm a oportunidade de interagir para obter serviços e informações essenciais para o seu negócio (Putnam, 1996).

No município de Poço Fundo, muitos desses agricultores relataram vários eventos em que a honestidade entre eles prevaleceu, pois estão sujeitos a encontrarem e a se relacionarem com pessoas desonestas na comercialização de verduras e frutas produzidas na região. Os cafeicultores declararam que, quando se associaram à cooperativa, esse relacionamento melhorou, pois eles agem como uma família, ajudando, indicando e excluindo os desonestos. É mais fácil fazer um acordo, ou uma troca, ou um compromisso de compra e venda com quem faz parte da cooperativa.

Aqui na região e na cooperativa somos como uma família. Ficamos sabendo quem é honesto ou desonesto, por exemplo. Sabemos em quem podemos confiar para comercializar e até para emprestar dinheiro... (Produtor 2).

É comum, aqui na cooperativa, a gente repassar o dinheiro do pagamento da venda do café para os cooperados que estão mais apertados ou endividados. Aqui nós temos um sistema de ajuda entre nós (Produtor 1).

Portanto, percebe-se uma solidariedade e um sistema de comunicação entre os cafeicultores, que os protegem da exploração e do comportamento oportunístico dos “free rider”, pessoas desonestas. A existência de normas, como no caso do comércio justo *fair trade* (ético ou solidário), que incorpora na comercialização princípios e critérios que prezam a área social, exclui os que agem de má fé.

5.2.1.2 Confiança nos dirigentes/gestores das cooperativas

Foram levantados dados relativos à percepção dos cafeicultores em relação à confiança e à honestidade dos dirigentes/gestores das cooperativas de que faziam parte. Os dados demonstram que 73,8% (124) dos cafeicultores concordaram que a confiança e a honestidade dos dirigentes da cooperativa na região de Três Pontas melhoraram nos últimos anos; 12,5% (21) ficaram indecisos e 6,6% (11) discordaram da confiança e da honestidade dos dirigentes da cooperativa naquela região, o que reforça os dados sobre confiança institucional encontrados.

Observou-se, ainda, pelos dados quantitativos, que, na região de Três Pontas, existem correlações positivas altamente significativas a 1%, nas variáveis grau de confiança entre os cooperados (+0,525) e a variável comportamento estável honesto baseado em normas compartilhadas (+0,581). Essas correlações indicam que a confiança depositada nos gestores/dirigentes das cooperativas estava relacionada ao nível de confiança e ao comportamento honesto e estável entre os cooperados. Esses dados são importantes, pois demonstram que a confiança na cooperativa está intimamente ligada ao comportamento e à confiança entre os cooperados.

Na região de Poço Fundo, os dados demonstram que 87,5% (35) dos cafeicultores concordaram que existe um alto índice de confiança e honestidade nos dirigentes da cooperativa; 10% (04) ficaram indecisos e somente 2,5% (01)

discordaram de que a confiança e a honestidade dos dirigentes da cooperativa da qual faziam parte não melhoraram nos últimos anos.

Esse grau de confiabilidade foi demonstrado nas declarações de dois cafeicultores orgânicos.

Os nossos diretores são pessoas confiáveis. A maioria do grupo confia neles (Produto 2).

Nós confiamos totalmente nos diretores. A gente acompanha sempre, né? 'Ce sabe que nós sabe do nosso direito ... Se tiver alguma coisinha, acaba batendo um papo, o grupo e chega no lugar e vamo caminhando (Produto 4).

Nessa região observaram-se correlações positivas altamente significativas a 1% na variável grau de confiança entre os cooperados (+0,463) e na correlação positiva significativa a 5% na variável comportamento estável honesto baseado em normas compartilhadas (+0,360). Isso indica que o grau de confiança e o aumento do comportamento honesto e estável entre os cooperados estão relacionados ao aumento da confiança nos gestores/dirigentes da cooperativa.

No seu estudo sobre as regiões italianas, Putnam (1996) verificou que, nas regiões onde as pessoas apresentam maior grau de confiança interpessoal e institucional, têm-se maiores estoques de capital social. Da mesma forma, essa tese procurou examinar o grau de confiança entre os cafeicultores e o grau de confiança que os cafeicultores depositam nas cooperativas.

Observou-se elevado nível de confiança entre os cafeicultores e grau elevado de confiança nos gestores da cooperativa. Essa confiança nos gestores

demonstra o capital institucional existente que, segundo Krishna (2000), refere-se a organizações que facilitam mutuamente o benefício da ação coletiva, em que a confiança institucional está relacionada à credibilidade das instituições sociais que produzem confiança e que vão moldar a estrutura social e permitir que as normas de cooperação e reciprocidade se desenvolvam, alimentando a participação social. A confiança institucional seria o engajamento com instituições formais, o que é crucial para aumentar a capacidade do grupo social agir em prol de seus interesses pessoais ou coletivos.

5.2.2 Cooperação

Verhagen (1984) define sociedade cooperativa como uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se predispõem a trabalhar juntas e de forma contínua e que possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formaram uma organização democraticamente controlada, na qual custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros. Esse autor considera que o principal objetivo da promoção do cooperativismo deve ser, em primeiro lugar, dirigido para a organização dos pequenos produtores em “grupos funcionais” (grupos informais ou não oficializados), orientados para a consecução de objetivos comuns. Ele também considera que esses grupos devem se originar a partir das necessidades dos produtores e se estruturar em conformidade com os princípios de autoconfiança e participação dos membros, o que ele chama de “nova abordagem cooperativa”.

Na região de Três Pontas, 63,7% (107) dos cafeicultores entrevistados concordaram que existe relação de cooperação e ações que auxiliam os cafeicultores na região; 17,3% (29) ficaram indecisos e 4,8% (8) discordaram de que existe uma relação de cooperação entre os cafeicultores.

No município de Poço Fundo, 95% (38) dos entrevistados perceberam uma relação de cooperação e ação coletiva; 2,5% (01) ficaram indecisos e

somente 2,5% (01) discordaram do fato de que existe uma relação de cooperação e ação coletiva nessa região.

TABELA 10 Percepção dos cafeicultores em relação à cooperação e à ação coletiva na região de Três Pontas e Poço Fundo, MG.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Concordo fortemente	9	5,4	5,4	5	12,5	12,5
Concordo	98	58,3	63,7	33	82,5	95
Indeciso	29	17,3	81,0	1	2,5	97,5
Descordo	24	14,3	95,3	1	2,5	100,0
Descordo fortemente	5	3,0	98,3	0	0,0	100,0
Não Responderam	3	1,8	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Os dados quantitativos demonstraram, na região de Poço Fundo, correlações positivas entre a variável cooperação e as variáveis grau de confiança (+0,436), comportamento honesto, baseado em normas compartilhadas (+0,479) e a variável confiança nos gestores\dirigentes (+0,561). Esses resultados demonstram que maiores níveis de cooperação nessa região estavam relacionadas à incidência de maiores níveis de confiança entre os cooperados, ao grau de confiança nos gestores da cooperativa e na aceitação de normas, obrigações e ou, mesmo, sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem de forma conjunta.

Esses dados corroboram os estudos de Fukuyama (1996), Robinson (2002), Durston (2000) e Putnam (1996), que afirmam que o capital social é considerado como um conjunto de normas e valores que facilitam a confiança entre os atores e que se manifesta em cooperação baseada na confiança. Portanto, a confiança é um componente básico do capital social, pois promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior

a probabilidade de haver cooperação; ao mesmo tempo, a própria cooperação gera confiança e, conseqüentemente, o desenvolvimento e a prosperidade econômica para a cafeicultura nas regiões que apresentam alto nível de estoque de capital social.

Putnam (1996) considera que a cooperação em associações comunitárias se dá por meio de certas estruturas e práticas sociais que incorporam e reforçam as normas e os valores da comunidade cívica, ou seja, características tais como associativismo, colaboração social e espírito de cooperação.

No município de Poço Fundo, foram encontradas, a partir da observação não participante, práticas de ajuda e cooperação entre as famílias vizinhas. Por exemplo: toda primeira quarta-feira do mês, há a reunião das mulheres dos produtores de café associados à cooperativa para discutirem temas de interesse. Em paralelo, juntamente com a reunião, em uma sala ao lado acontece um reforço escolar para alunos carentes da escola pública, orientado por voluntárias. As crianças, além do reforço, recebem aula de pintura e computação e um lanche patrocinado pela cooperativa. Esses dados são reforçados pelas análises estatísticas que demonstraram correlação positiva, a 5%, com a variável ajuda mútua (+0,365). Isso indica que a existência de ajuda mútua entre os cooperados eleva o nível de cooperação entre os participantes da cooperativa. Essa cooperação por meio de ações coletivas também foi observada em quase todas as tarefas sociais. Quando alguém precisa, os cafeicultores reúnem-se para ajudar aquela família. Fazem isso para construir casas, galpões, hortas, maquinários e até para recolher esterco para a horta do asilo da cidade.

Existe um sistema de trabalho em conjunto e de cooperação porque existe um sistema de ajuda. Até casa de morada já construímos (Produtor 2).

Existe mutirões. Houve até um caso que um produtor com problema de coluna teve quatro mutirões para fazer o trabalho de panha do café dele (Produtor 6).

...aqui nós coopera no sentido de ajudar. Até para recolher esterco pra horta do asilo já fizemo aqui uma cooperação aqui. (Produtor 4)

Esses fatos demonstram a existência de uma alta integração na região de Poço Fundo entre os cooperados, indicando uma ação coletiva e um significativo nível de capital social que estava à disposição dessa localidade.

Para reforçar a existência de cooperação e da ação coletiva no município de Poço Fundo, os dados demonstram que 92,5% (37) concordam que existe, naquela região, uma relação de ajuda entre os cafeicultores e somente 7,5% (03) ficaram indecisos. Essa ajuda é observada por toda a parte no município, pois as casas dos cafeicultores costumam ser muito próximas e as lavouras também. Assim eles fazem rodízio em quase tudo, como em maquinários e em mutirões para plantio e para a colheita.

Acho que existe ajuda no sentido de ajuda no maquinário. A gente tem cooperação (Produtor 4).

Pela observação não participante foram percebidas experiências em relação à convivência e inter-relacionamento entre os produtores e seus grupos. Por exemplo, onde uma lavoura tinha inúmeras divisões, ao serem indagados, a resposta foi que se tratava “da parte dos vizinhos”.

Também a Coopfam e seus cooperados ajudavam a população carente, em especial aos jovens e crianças, mantendo parcerias para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida, com destaque para educação continuada das crianças, treinamento técnico dos jovens, tratamentos dentários, programas de inclusão digital, atendimento a idosos, defesa da vida e incentivo ao plantio de árvores.

O grupo se ajuda. Aqui nos temos sala de computação, dentista e o acompanhamento para as crianças (Produtor 6).

No município de Três Pontas, 50,6% (85) dos cafeicultores acreditam que existe, entre as pessoas, na cooperativa, ajuda mútua; 15,5% (26) ficaram indecisos; 32,1% (14) discordaram de que existe, hoje em dia, ajuda entre os cafeicultores na região e 1,8% (03) não responderam a essa pergunta. Interessante observar que o nível de ajuda existente nessa região estava correlacionado positivamente, altamente significativo a 1%, à variável confiança e honestidade dos gestores/dirigentes (+0,464). Isso indica que maiores níveis de ajuda mútua entre os cafeicultores estavam atrelados à confiança e à honestidade depositadas nos gestores da cooperativa.

Percebe-se que quando os membros do grupo trabalham em conjunto, os grupos dão valor e as práticas são bem sucedidas, o que cria laços de confiança e cooperação ao longo do tempo. Os membros ficam mais descontraídos na companhia uns dos outros, começam fortes amizades, são capazes de fazer brincadeiras uns com os outros e são confiantes na discussão. Esta confiança pode permitir que o grupo dê passos mais ambiciosos e planeje uma mudança maior, simplesmente porque as pessoas sabem que podem contar umas com as outras.

Observou-se pelos dados da pesquisa, que existe um maior nível de cooperação e ajuda mútua entre os cafeicultores do município de Poço Fundo em relação a Três Pontas. Entretanto, ficou evidente que nos dois municípios existem cooperação e ações coletivas. Isso configurou, por um lado, um espírito de solidariedade e ajuda mútua que reduz o custo de transação entre os membros e que os auxiliou a trabalharem em prol da cafeicultura dessas duas regiões cafeeiras, importantes para o estado de Minas Gerais.

5.2.3 Participação dos cooperados

Segundo Bordenave (1992), participação é “fazer parte de algum grupo ou associação” ou “tomar parte numa determinada atividade” ou, ainda, “ter parte num negócio”. A palavra participação vem da palavra parte. Nessas frases percebe-se a diferença entre a participação passiva e ativa, a distância entre o cidadão inerte e o engajado. O homem participa dos grupos primários, como a família, o grupo de amizade ou de vizinhança, e dos grupos secundários, como as associações profissionais, cooperativas, sindicatos, empresas. Participam ainda dos grupos terciários, como partidos políticos e movimentos de classe.

Pelos resultados da pesquisa podem-se observar os dados relativos à participação dos produtores rurais nos grupos secundários, em suas cooperativas. Para 57,7% (97) dos cafeicultores no município de Três Pontas, a participação dos cooperados era ativa e 40,5% (68) declararam que a participação dos cafeicultores na cooperativa era passiva.

TABELA 11 Classificação da participação dos cooperados.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Ativa	97	57,7	57,7	37	92,5	92,5
Passiva	68	40,5	98,2	3	7,5	100,0

... continua ...

TABELA 11, Cont

Não Responderam	3	1,8	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Pelas declarações a seguir, observa-se que a participação dos cafeicultores era muito incipiente, ocorrendo somente por meio de consultas agrônômicas ao departamento técnico da cooperativa e que não ocorria uma participação nas decisões a serem tomadas pela cooperativa na região de Três Pontas.

Percebemos um ótimo nível e participação dos cooperados... Eles vêm na cooperativa e perguntam ao departamento técnico sobre análise de solo, adubações e outras práticas culturais... (Presidente 2).

Eu acho que poderia ser melhor. Eu digo no sentido da gente participar mais das decisões a serem tomadas pela cooperativa (Produtor 8).

É pouca a nossa participação na cooperativa. Eu acredito que seja necessário uma forma onde os produtores pudessem opinar sobre as coisas da cooperativa (Produtor 12).

Os dados quantitativos demonstram, ainda, correlações positivas altamente significativas a 1% nas variáveis: grau de confiança entre os cooperados (+0,410); comportamento honesto e normas compartilhadas entre os cooperados (+0,467); nível de confiança nos gestores/dirigentes (+0,491); índice de cooperação (+0,575) e o nível de ajuda existente entre os cooperados

(+0,485). Isso significa que o nível de participação dos cooperados fica mais intenso quando existem maiores níveis de confiança, ajuda mútua e comportamento honesto entre os cooperados. Esses dados demonstram que a confiança e a cooperação ativam a participação dos cooperados, o que beneficia sensivelmente a busca dos objetivos comuns, suportando a tese do desenvolvimento econômico e social da cafeicultura na região de Três Pontas.

Pelos dados da Tabela 11 observa-se que 92,5% (37) dos cafeicultores entrevistados no município de Poço Fundo consideram que a participação dos cooperados é ativa e 7,5% (03) consideram que ela ainda é passiva.

Na entrevista qualitativa observaram-se percepções favoráveis dos diretores da Coopfam em relação à participação dos cafeicultores, como demonstrado a seguir.

Existe a participação. Só pra ter uma ideia, todas as questões relacionadas à cooperativa, há uma participação e uma discussão de tudo que será feito, há uma participação dos cooperados em estar buscando o que há de novo, aonde podemos chegar, eles dão opiniões. É até uma questão complicada para os diretores, onde duzentos e cinquenta famílias, todos sabem, todos querem mandar, querem seus direitos. Então, há uma participação, inclusive percebo que, na hora de entrega do produto e da comercialização, a participação é muito maior (Diretor 3).

A participação é fantástica dos produtores. Inclusive, os produtores no grupo são cobrados

para participarem mais porque eles veem as vantagens de participar e obter informações. Eles têm uma visão aberta (Diretor 1)

Aquí, a participação na Coopfam, conseguimos até 70, 80% dos cooperados em assembleia. A cooperativa coirmã diz que consegue só 10% dos cooperados nas assembleias (Diretor 3).

Os cooperados têm uma frequência grande na cooperativa. 'Tão sempre perguntado sobre as decisões da cooperativa (Diretor 2).

Foram, ainda, observadas correlações positivas altamente significativas a 1% entre a variável participação e as variáveis grau de confiança entre os cooperados (+0,343); ajuda mútua entre os cooperados (+0,422) e o nível de cooperação entre os membros da cooperativa (+0,608). Isso indica que a participação dos cooperados é ativa quando há maior intensidade da confiança, da ajuda e da cooperação entre os cafeicultores.

Observou-se, neste estudo, que a confiança gerou a cooperação entre os membros da cooperativa e, por sua vez, alimentou a confiança e a reciprocidade entre os cafeicultores e incrementou a participação do grupo na cooperativa (Coopfam) o que, com certeza, ajudou no processo de desenvolvimento econômico e social alcançado pela cafeicultura na região de Poço Fundo.

Na região de Poço Fundo, a participação dos cooperados estava estruturada em núcleos. A cooperativa conduz sua gestão por meio de uma administração participativa, na qual onze núcleos de cafeicultores associados se reúnem uma vez por semana para discutir, opinar e trazer propostas para a pauta

de uma reunião mensal, na sede da Coopfam no primeiro domingo de cada mês, da qual somente os líderes comunitários de cada núcleo participam com o presidente e a diretoria. A Coopfam também possui núcleos fora do município de Poço Fundo, como, por exemplo, em Machado, Andradas, Campestre, Ouro Fino, Cambuí, Paraguaçu, Santa Rita do Sapucaí, Natércia, Nepomuceno e Inconfidentes (todos situados no Sul de Minas Gerais).

A existência de núcleos gestores na cooperativa de Poço Fundo é uma tentativa de aumentar a participação dos cooperados na gestão da cooperativa. Esse tipo de participação é classificado, por Bordenave (1992), como participação em cogestão, na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de codecisão e colegialidade. Nesse caso, os cooperados exercem influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões da cooperativa.

Percebeu-se, no município de Poço Fundo, um desenvolvimento da comunidade onde a participação é ativa. Essa participação é efetivada por meio da delegação de responsabilidade e da criação de núcleos gestores na cogestão da cooperativa, em que um líder de cada núcleo participa da direção da cooperativa, trazendo as demandas dos cafeicultores e também informando aos núcleos gestores as decisões a serem tomadas pela cooperativa. Esse mecanismo de cogestão é considerado um veículo da participação e de democracia.

Os cafeicultores no município de Poço Fundo são divididos em quatro núcleos: Jacutinga, Cardoso, Barreiro, Bocaina e cinco bairros isolados: Dourado dos Lopes, Pinhalzinho, Barro Amarelo, Piedade e Serra dos Coutinhos. Interessante observar que muitos bairros no município de Poço Fundo tiveram origem a partir do estabelecimento de famílias nas localidades. Os nomes dos bairros referem-se às primeiras famílias moradoras ou a certas características do local. No caso do bairro Dourado dos Lopes, por exemplo, Dourado veio do rio e Lopes, a primeira família residente.

Pode-se observar, pelas declarações a seguir, como é eleito o líder do núcleo que compõe a diretoria da cooperativa no município de Poço Fundo.

O líder é eleito por voto e até por aclamação. Eles dizem: 'fulano é o líder aqui'. O líder é trocado a cada dois anos. Se o grupo quiser que ele permaneça, não existe uma lei que diga que isso não seja permitido. Não tem validade de um ou dois mandatos (Produtor 2).

Com a certificação orgânica e a filosofia do fair trade nós somos cobrados muita democracia e a participação. Cada núcleo tem um coordenador e um representante da diretoria da associação e da cooperativa. O processo eleitoral é o seguinte: a gente pede a cada um dos núcleos que façam entre eles uma eleição e nomeie, elejam para participar da diretoria e na assembleia é confirmada essa diretoria. É a forma mais democrática e rápida porque, na assembleia, todo mundo quer argumentar. Portanto, esse sistema possibilita que eles conversem no núcleo para passar na assembleia (Presidente 3).

Esses núcleos constituem instrumentos para o aumento da participação direta dos cooperados na gestão da cooperativa, o que aumenta a eficiência e a efetividade das ações coordenadas locais e a democratização centrada em três características fundamentais: maior responsabilidade dos gestores da

cooperativa, reconhecimento de direitos sociais e abertura de canais para ampla participação dos cooperados.

Percebe-se, nesse momento, a configuração de redes densas e fechadas (Coleman, 2000), pois, nesse tipo de rede, a confiança mútua reduz o custo de transação entre os membros porque reduz a necessidade de cada cafeicultor, individualmente acessar a fonte primária de informação, ocorrendo a transmissão de informações que ocorre dentro do núcleo comunitário. Isso é evidenciado a partir da seguinte declaração do produtor que confirmou a existência de canais de informação que permitem a participação dos cooperados.

A gente fica sabendo das novidades da cooperativa através do líder comunitário e através dos vizinhos e das pessoas que também são cooperada... A informação entre a gente circula com muita facilidade (Produtor 6).

Os cooperados da Coopfam, para se manterem informados e atualizados sobre a cooperativa, não precisam ler jornais e ou boletins periódicos da cooperativa, pois a notícia pode ser repassada por outros membros do grupo, configurando-se redes. A confiança garante-lhes canais de informações, além de um controle maior da gestão da cooperativa à qual são associados.

Organizando-se em núcleos comunitários, a Coopfam, no município de Poço Fundo, insere-se no contexto social caracterizada por cooperados atuantes e imbuídos de espírito público, por relações igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança, na cooperação e na participação (Putnam, 1996). Nessa abordagem, a cultura comunitária é a expressão não apenas das regras de reciprocidade, mas da corporificação de sistemas de participação social,

formados pelos núcleos de uma sociedade organizada, que representa, sem dúvida, uma forma de capital social.

5.2.3.1 Participação relacionada a questão particular ou coletiva

Nesse estudo foram elaboradas duas questões para verificar a percepção dos cafeicultores sobre a participação dos membros da cooperativa estavam relacionadas a questões particulares ou a questões coletivas. Pelos dados da Tabela 16 observa-se que 64,3% (118) dos cafeicultores na região de Três Pontas consideraram que a participação dos cooperados estava relacionada a questões particulares e 37,7% (50) declararam que a participação dos cooperados relacionava-se a questões coletivas. Em Poço Fundo, 12,5% (05) dos cafeicultores concordaram que a participação dos cooperados estava relacionada a questões particulares e 87,5% (35) declararam que a participação dos cooperados estava relacionada a questões coletivas.

TABELA 12 Participação dos membros na cooperativa.

Municípios	Três Pontas		Poço Fundo	
	Frequência Absoluta	Frequência Percentual (%)	Frequência Absoluta	Frequência Percentual (%)
Questões Coletivas	50	35,7	35	87,5
Questões Particulares	108	64,3	5	12,5
Total	168	100,0	40	100,0

Segundo Gohn (2001), existem várias formas de entender a participação. Algumas são consideradas “clássicas” e deram origem a interpretações, significados e estratégias distintas, a saber: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática. Na concepção liberal, a participação objetiva o fortalecimento da sociedade civil, evitando seu controle, tirania e interferência na vida dos indivíduos.

A participação, sob a perspectiva coletiva, refere-se à participação corporativa e ou participação comunitária, que são derivativas da concepção liberal. Elas são entendidas como um movimento espontâneo dos indivíduos, mas advêm de uma adesão do espírito (e não da razão movida por interesse particular). Há um sentimento de identidade e concordância com certa ordem social que cria algo superior chamado “bem comum”. Esse bem comum é o núcleo articulador dos indivíduos, portanto, a razão do impulso para participar está fora dos indivíduos, além de seus interesses pessoais.

Portanto, pode-se perceber, a partir dos dados da Tabela 16, que, no município de Poço Fundo, existe uma percepção bem maior do chamado espírito do “bem comum” e interesse coletivo do que na região de Três Pontas, onde foi encontrada a grande maioria dos cooperados movidos pelos interesses próprios.

Por meio dos dados da região de Três Pontas, observa-se que os cafeicultores tinham comportamentos voltados para o interesse privado. A participação na cooperativa estava ligada a uma rede de relacionamento institucionalizada, na qual a estratégia empregada pelos cooperados era constituída por meio de práticas individualizadas na estrutura organizacional dessa rede (cooperativa) (Pierre Bourdieu, 1985 e Coleman, 1990).

Portanto, o capital social formado na região de Três Pontas relaciona-se à concepção de laços fracos de Mark Granovetter (1973), na qual os contatos são eventuais e superficiais, mantidos entre os membros da rede (cooperativa) por meio de relações fracas que conectam os indivíduos. Essa concepção transforma-se em uma rota de informações, o que gera o desenvolvimento e a prosperidade econômica da cafeicultura na região. a promoção do fluxo de informações cria espaços nos quais a comunicação tem função chave, uma vez que permite que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados, além de constituir-se, na área da gestão pública, como uma poderosa ferramenta para

aumentar a capacidade dos cidadãos em controlar (*accountability*) e influenciar as decisões públicas.

Na região de Três Pontas, os dados ainda demonstram correlações positivas altamente significativas, a 1%, para as variáveis: índice de confiança entre os cooperados (+0,410), comportamento honesto, baseado em normas compartilhadas (+0,467), confiança nos dirigentes/gestores (+0,491), cooperação (+0,575) e a variável ajuda mútua entre os cooperados (+0,485). Isso indica que os entrevistados percebem que existe uma maior participação relacionada a questões coletivas quando existem maiores níveis de confiança e a cooperação. Portanto, a confiança e a cooperação nesta região constituem fator importante para o desenvolvimento de um comportamento participativo, seja ele coletivo ou individual.

A participação dos indivíduos na cooperativa deve ser caracterizada pela busca de interesses coletivos. A cidadania em uma comunidade se caracteriza pela participação nos negócios públicos. Putnam (1996) destaca que, quando há falta de virtude cívica, “os cidadãos buscam interesses próprios e particulares”.

Na região de Poço Fundo, certamente, a confiança dos cafeicultores nos gestores e nos membros da cooperativa potencializou a cooperação e desencadeou componentes participativos. A participação ampliada pela confiança social determina formas de associações estruturadas que, por sua vez, influenciam no civismo dos cidadãos (Morrow apud por Nazzari, 2006). Então, pode-se afirmar que, nessa região, o grau de comprometimento e participação das pessoas guarda uma relação íntima com a noção de capital social. Isso porque a rede formada nessa região desenvolveu-se em um plano coletivo no qual a confiança gerou a cooperação. Ao mesmo tempo, a própria cooperação gerou confiança e, conseqüentemente, gerou componentes participativos que determinaram, sem dúvida, o desenvolvimento social e a prosperidade econômica da cafeicultura nessa região.

Reforçam os dados encontrados na região de Poço Fundo, em relação ao capital social como um recurso coletivo, as correlações positivas altamente significativas a 1% entre a variável questões coletivas e as variáveis ajuda mútua entre os cooperados (+0,503), confiança nos dirigentes/gestores (+0,427), trabalho em conjunto (+0,412), cooperação (+0,464) e a variável classificação da participação era intensa (+0,511). Esses dados indicam que os entrevistados percebem que existe uma maior participação relacionada a questões coletivas, quando as variáveis relacionadas a confiança, cooperação e participação aumentam, demonstrando uma ligação direta entre o capital social e a participação dos cooperados por meio de questões coletivas, ou seja, em torno do “bem comum”.

5.3 Indicadores de *accountability*

No presente capítulo é apresentada uma combinação de dados estatísticos: frequências percentuais e correlações positivas e negativas (dados quantitativos), como também dados provenientes das entrevistas de aprofundamento (dados qualitativos) realizadas nos municípios de Três Pontas e Poço Fundo, além de dados sobre as análises da observação não participante e análise documental sobre o tema *accountability*.

5.3.1 *Accountability* vertical

No estudo sobre capital social e *accountability* como variáveis potencializadoras do desenvolvimento econômico e social, a *accountability* é entendida como a prestação de contas dos gestores/diretores perante os associados. A *accountability* vertical é quando essa prestação de contas se dá por meio das reivindicações sociais, da liberdade de opinião e de associação, bem como pelo livre acesso às informações. Para isso, é necessária a existência de canais de informação desobstruídos.

Portanto, são analisados a facilidade de acesso às informações, os canais de informações utilizados e se existe liberdade para a comunicação e para reivindicações de problemas enfrentados pelos cooperados nos municípios estudados. Para O'Donnell (1998), se há uma *accountability* vertical, há democracia.

Segundo Bordenave (1992), sem a comunicação não pode existir a participação e, é claro, *accountability*. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer, pelo menos, dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo. A participação democrática se baseia em canais institucionais. Em primeiro lugar, os **canais de informação**: não há participação popular sem informação qualitativamente pertinente e quantitativamente abundante sobre os problemas, os planos e os recursos públicos; em segundo lugar, **canais de consulta** e em terceiro lugar, **canais de reivindicação e de protesto**.

Esses canais têm que ser visíveis, de amplo e fácil acesso e de contato frequente, e seus limites têm que ser claramente definidos. É preciso que se saiba o que se pode reclamar e com quem. A participação democrática começa quando os grupos da população se interessam por um tema específico, recebem informação específica, conhecem os canais de reivindicações e são alertados para as formas de consulta de que têm acesso. Uma gestão democrática aberta à participação e ao exercício pleno da *accountability* é aquela que informa corretamente, ouve cuidadosamente e consulta a população.

5.3.1.1 Acesso as informações da cooperativa

No município de Três Pontas, 60,8% (102) dos cafeicultores consideram ter livre acesso às informações de sua cooperativa, 8,3% (14) ficaram indecisos e 26,7% (45) consideraram não ter livre acesso às informações de sua cooperativa.

Em Poço Fundo, 92,5% (37) dos cafeicultores consideram ter livre acesso às informações de sua cooperativa e 7,5% (03) consideraram não ter livre acesso às informações.

TABELA 13 Livre acesso a informações sobre da cooperativa.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Livre acesso	102	60,8	60,8	37	92,5	92,5
Indeciso	14	8,3	69,1	0	0,0	92,5
Não tem livre acesso	45	26,7	95,8	3	7,5	100,0
Não Responderam	7	4,2	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Na região de três Pontas existem correlações positivas altamente significativas a 1%, nas variáveis: comportamento honesto baseado em normas compartilhadas (+0,461), confiança nos dirigentes/gestores (+0,444), na cooperação (+0,419), classificação da participação era intensa (+0,507), participação relacionada a questões coletivas (+0,452), comprometimento dos cooperados (+0,468) e a existência de envolvimento ativo dos cooperados (+0,630). Ainda foram constatadas correlações positivas significativas a 5%, nas variáveis: tamanho da propriedade (+0,225), tamanho da área de café (+0,209), índice de confiança entre os cooperados (+0,357) e na variável ajuda mútua entre os cooperados (+0,397), indicando que os entrevistados percebem que existe um maior acesso as informações da cooperativa quando as variáveis relacionadas ao nível de confiança, cooperação e participação nas cooperativas são maiores. Também verificou-se um maior acesso as informações da cooperativa estava relacionada à cafeicultores que detinham maiores propriedades agrícolas e maiores áreas cultivadas com café.

Em Poço Fundo, foram identificadas correlações positivas altamente significativas a 1%, nas variáveis: nível de cooperação (+0,440) e classificação da participação (+0,507), trabalho em conjunto entre os cooperados (+0,474), participação relacionada à questão coletiva (+0,500) e correlação significativa positiva a 5% na variável ajuda mútua entre os cooperados (+0,375), honestidade dos dirigentes/gestores da cooperativa e no comprometimento dos cooperados (+0,329). Esses dados indicam também que os níveis maiores de acesso à informação nesse município estão relacionados à existência de maiores níveis de cooperação, comprometimento, à participações mais intensas na cooperativa e à quando existem maiores níveis de ajuda mútua entre os cooperados na região.

Segundo Bordenave (1992), o menor grau de participação é o de **informação**. Os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas. Isso aparece como certa participação, pois é frequente o caso de gerentes não se darem sequer ao trabalho de informar aos seus cooperados. O outro grau é a **consulta facultativa, ou seja**, a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar os subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema. Quando a consulta é obrigatória, os subordinados devem ser consultados em certas ocasiões, embora a decisão final pertença ainda aos diretores. Um grau mais avançado de participação é a **elaboração/recomendação**, na qual os subordinados elaboram propostas e recomendam medidas que a administração aceita ou rejeita, mas sempre se obrigando a justificar a posição. Num degrau superior está a **cogestão**, na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de codecisão e colegialidade, em que comitês, conselhos ou outras formas colegiadas são usadas para tomar decisões.

Na região de Poço Fundo foi detectado um grau de participação que pode ser classificado **cogestão**, no qual a direção da Coopfam compartilha com

os núcleos gestores a tomada de decisão da cooperativa. Portanto, o grau de participação dos membros define certos limites aos diretores, nos quais os cooperados têm moderado poder de decisão.

O nosso líder local é como se fosse um fiscal da nossa cooperativa. Ele participa das reuniões mensais e repassa as informações pra nós, aqui na comunidade (Produtor 4).

As informações chega pra nós através do líder. Também vou na cooperativa ou por telefone, mas gosto de ir pessoalmente. É fácil ter informações lá (Produtor 3).

Por exemplo, existe uma assembleia geral, onde é apresentado todas as contas, o que a cooperativa arrecadou, no que a cooperativa deve empregar o dinheiro, é jogado para os núcleos (Diretor 1).

A comunicação nas comunidades acontece espontaneamente. Por exemplo, na cooperativa, tal dia ta acontecendo isso. Acontece naturalmente entre eles. A outra questão é uma reunião que eles tem uma vez por mês no núcleo e é apresentado pela diretoria na assembléia informações aos cooperados (Diretor 3).

A maioria das informações é boca a boca mesmo, é informal, onde também o assessor está muito em contato com os produtores. A informação não se perde porque elas são definidas pelas assembleias e pelos núcleos... Quando há uma necessidade de uma reunião extraordinária, e quase todos os produtores têm o celular rural, aí a gente busca essa comunicação também (Diretor 3).

Segundo Thiollent (1983), a “participação local” por meio da comunicação deve ser considerada não apenas como condição ideológica e sim como exigência operacional. Seria possível imaginar a possibilidade de recorrer a métodos de caráter participativo, ativo e conscientizador, que são bastante conhecidos nas áreas de educação, comunicação e organização. Tais métodos sugerem novos campos de aplicação e possibilitam formas de atuação diferentes daquelas que são associadas ao padrão convencional

Considera-se que o capital social formado na região de Poço Fundo está intimamente ligado à confiança e à cooperação que, por sua vez, ativou a participação dos membros, o que foi essencial para a construção de sistema de *accountability*. Isso porque, dentro de um processo de socialização com altos índices de confiança, podem-se potencializar interações que levem ao surgimento de pessoas mais críticas e fiscalizadoras da coisa pública.

Um sistema de *accountability* está ligado à prestação de contas e com transparência nos processos de tomada de decisão na gestão pública. Portanto, é essencial a formação de capital social por mecanismos de gestão participativa e comunitária, o que pode levar a um empoderamento, ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade dos cafeicultores de influir nas decisões da cooperativa à qual são associados.

Os conselhos gestores identificados por meio dos núcleos da Coopfam representam uma importante inovação institucional na gestão de políticas sociais. É nesse sentido que são considerados como canais de participação mais expressivos da emergência de um novo regime de ação pública local, caracterizados pela abertura de novos padrões de interação entre os gestores e os cafeicultores em torno da definição de políticas sociais que promovam o desenvolvimento social e econômico da cafeicultura na região de Poço Fundo.

5.3.1.2 Canais de informações utilizados pelos cafeicultores

Pelos dados da Tabela 22, podem-se observar os dados relativos aos canais de informações utilizadas pelos cafeicultores para obterem informações sobre a gestão de sua cooperativa. Na região de Três Pontas, destacam-se, com 52,4% (88), os líderes comunitários; as informações pela TV, com 36,9% (62) das indicações e por meio dos vizinhos, com 22,0% (37) dos cafeicultores entrevistados.

No município de Poço Fundo destacam-se, com 82,5% (33) das indicações, os líderes comunitários; referências aos parentes, com 10,0% (04) e referências a boletim da cooperativa, com 10% (04) das indicações como canais de informações mais utilizadas pelos cafeicultores para obterem informações da gestão da cooperativa.

TABELA 14 Canal de acesso a informações da gestão da cooperativa.

Municípios	Três Pontas		Poço Fundo	
	Frequência Absoluta	Frequência Percentual (%)	Frequência Absoluta	Frequência Percentual (%)
1- Parentes	6	3,6	4	10,0
2- Amigos	5	3,0	3	7,5
3- Vizinhos	37	22,0	3	7,5
4- Boletins da cooperativa	3	1,8	4	10,0
... continua ...				

TABELA 14, Cont

5- Jornal da cooperativa	5	3,0	2	5,0
6- Rádio	11	6,5	0	0,0
7- Televisão	62	36,9	1	2,5
8- Líderes Comunitários	88	52,4	33	82,5

É interessante observar, pelos dados da Tabela 14, que, na região de Três Pontas existe grande indicação da televisão como canal para a obtenção de informações sobre a cooperativa e os vizinhos e os líderes comunitários, como canal de comunicação. Na região de Poço Fundo destacam-se, como meios para obterem informações da cooperativa, os líderes comunitários. Como declarou um produtor orgânico de Poço Fundo, o líder comunitário o representa na cooperativa e o auxilia a obter informações da cooperativa.

O líder participa das reuniões que são mensais e depois, na reunião do núcleo, repassa as informações obtidas junto aos diretores da cooperativa (Produtor 2).

Também foram indicados como meios de obterem informações da cooperativa, em Poço Fundo e Três Pontas, parentes, amigos e vizinhos. Cezar et al. (2000), num estudo sobre a importância de diferentes fontes de informações para o processo de tomada de decisão na agropecuária, evidenciam que a comunicação informal apresentou-se como a preferida pelos produtores rurais. Conversar informalmente e observar *in loco* novas experiências de outros fazendeiros constituem, sem dúvida, os mecanismos mais usuais de obter informação e conhecimento. No contexto social em que se desenvolvem as decisões, novas experiências, informações e conhecimentos, os produtores escolhem seletivamente pessoas de sua confiança como fontes principais de informação e parceiros nas suas tomadas de decisões. Evidencia-se, pelo

exposto, que os cafeicultores utilizam uma rede de informação entre as pessoas de sua confiança.

Segundo Bordenave (1995), esse tipo de comunicação informal é muito utilizada, pois os agricultores, ao avaliarem as vantagens das inovações tecnológicas, consultam pessoas de sua confiança para tomar decisões, num processo comunicativo entre os próprios agricultores.

Essa relação entre pessoas de confiança se desenvolve a partir do que se pode chamar de elo social, ou seja, as relações são desenvolvidas dentro de um contexto social de identidades, caracterizadas por valores culturais e interesses comuns. O laço social talvez seja a característica mais importante das redes de informação, pois, por meio dele, se processa efetivamente a disseminação da informação no meio rural (Cezar et al., 2000).

Em Poço Fundo, a comunicação é centrada nos líderes comunitários, amigos e vizinhos, podendo-se inferir que ocorre, nessa região, a noção de laços fortes de Granovetter (1973). Este autor salienta que quanto mais fortes os vínculos conectando os indivíduos, mais similares eles são. Os vínculos fortes sugerem redes (comunidades) coesas e interconectadas, nas quais as pessoas despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas. Isso, sem dúvida, aumenta o poder dos cooperados da Coopfam no processo de prestação de contas dos gestores/diretores para os cooperados. A *accountability*, nesse caso, se deu por meio de canais de informação informais entre os próprios cafeicultores.

A existência de uma rede de informações entre os próprios cafeicultores deveria ser sistematizada e aproveitada pelas cooperativas, principalmente nas cooperativas da região de Três Pontas. Isso porque a condição mais importante para que a comunicação se concretize é estabelecer um interesse comum entre os interlocutores e permitir uma transmissão de mensagens nos dois sentidos (diálogo). Tais observações suportam os resultados analisados neste estudo, no

qual a transferência de informação e de conhecimento ocorre com facilidade de cafeicultor para cafeicultor, mediante a comunicação informal. Por isso, considera-se aqui a comunicação informal de grande valia no processo de participação e *accountability* para os cafeicultores da região sul do estado de Minas Gerais e que deveria ser apropriada pelos cafeicultores, por intermédio de um meio de comunicação.

5.3.1.3 Reivindicações por meio liberdade de opinião

Na região de Três Pontas, 59,5% (109) dos cafeicultores consideraram que as reivindicações dos membros da cooperativa são aceitas por meio da liberdade de opinião, 10,7% (18) ficaram indecisos e 21,5% (36) consideraram que as reivindicações dos membros não são aceitas pela direção da cooperativa.

Em Poço Fundo, cerca de 90% (36) dos cafeicultores entrevistados consideraram que as reivindicações dos membros da cooperativa são aceitas através da liberdade de opinião, 7,5% (03) ficaram indecisos e 2,5% (01) consideraram que reivindicações dos membros não são aceitas pela direção da cooperativa.

TABELA 15 Reivindicações por meio de opinião

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
São aceitas	109	59,5	64,9	36	90,0	90,0
Indeciso	18	10,7	75,6	3	7,5	97,5
Não são aceitas	36	21,5	97,1	1	2,5	100,0
Não Responderam	5	3,0	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Na região de Três Pontas existem correlações positivas altamente significativas, a 1%, nas variáveis: comportamento honesto baseado em normas

compartilhadas (+0,492), confiança nos dirigentes/gestores (+0,462); classificação da participação era intensa (+0,424), participação relacionada a questões coletivas (+0,416), comprometimento dos cooperados (+0,540), livre acesso a informações (+0,446) e existência de envolvimento ativo dos cooperados (+0,521). Foram encontradas também correlações positivas significativas, a 5%, nas variáveis: índice de confiança entre os cooperados (+0,351), cooperação (+0,386) e ajuda mútua entre os cooperados (+0,353), indicando que os entrevistados percebem que existe maior liberdade de opinião quando as variáveis relacionadas a confiança, cooperação e participação são maiores. Fica evidente nesse caso que as variáveis operacionais de capital social e *accountability* proporcionaram maiores níveis de reivindicações através da liberdade de opinião.

Na região de Poço Fundo foram identificadas correlações positivas altamente significativas, a 1%, nas variáveis: índice de confiança entre os cooperados (+0,448), confiança nos dirigentes/gestores (+0,615), comportamento honesto, baseado em normas compartilhadas (+0,405), livre acesso às informações da cooperativa (+0,429) e facilidade em obter informações da cooperativa (+0,389). Também foi identificada uma correlação positiva significativa, a 5%, na variável comprometimento dos cooperados (+0,341), indicando que os entrevistados percebem que existe maior liberdade de opinião quando existem maiores níveis de confiança, confiança nos gestores e maiores níveis de comprometimento entre os cooperados.

Foi possível observar, nas duas regiões cafeeiras estudadas, uma percepção favorável quanto ao atendimento das reivindicações por meio da liberdade de opinião. Os dados sobre as correlações demonstram que, por meio da existência de confiança, cooperação, ajuda mútua e comprometimento, os cooperados ficam mais à vontade para fazer reivindicações. Isso ficou evidenciado nas declarações dos cafeicultores:

Nas reuniões, a gente opina mais quando a gente se sente à vontade pra falar... mas a gente só fala quando tem conhecimento do assunto (Produtor 9).

...nas reuniões nós aproveitamo pra fala tudo que nós precisamos. A gente se conhece bem. Então, não ficamos com vergonha dos outros na reunião... (Produtor 3).

Quando você se propõe a assumir a liderança ou administração de uma entidade, você tem que colocar à disposição dos cooperados pra que eles façam as reivindicações e sugestões e dê as opiniões deles e mostrem, em muitos casos, qual é o caminho que a cooperativa tem que estar buscando para seu desenvolvimento. Então, a gente é cobrado todos os dias, porque não conseguimos preços melhores, porque não conseguimos pré-financiamentos, porque não temos uma estrutura só nossa, porque a gente não tem acesso a determinados mercados. Cobranças a gente recebe todos os dias (Presidente 3).

Na verdade nós estamos construindo uma forma de participar que é a democracia. Eles têm a palavra aberta nas assembleias e nas reuniões e diretamente aqui na cooperativa (Diretor 1).

*Eles levantam e falam de uma forma clara, né?
Eles têm uma característica interessante, pois eles
são pessoas diretas e a gente discute os problemas
da cooperativa. São discussões construtivas.
Enfim, eles se abrem muito bem e também quando
ocorre algum problema com a família nossa, aqui
na cooperativa, a gente conversa, principalmente a
diretoria e as lideranças (Diretor 1).*

Podemos perceber, então, que o cafeicultor reivindica por meio da liberdade de opinião quando ele participa e toma conhecimento da situação e por conhecer bem o grupo. Todavia, essa participação estava intimamente ligada ao fato de ele se sentir à vontade. Esse sentir-se à vontade relaciona-se, por sua vez, com a confiança e o grau de pertencimento ao grupo.

Segundo Bordenave (1992), o grau de confiança e cooperação entre os cooperados acarreta em uma dinâmica de participação, em que as pessoas que se encontram em contato frequente, como num grupo de vizinhos ou de amizade (rede mais fechada; capital social como recurso coletivo), tendem a desenvolver uma organização social informal, bem como compartimentos padronizados e códigos de comunicação que distinguem os membros dos não membros. Desenvolvem ainda certas normas grupais, às vezes inconscientemente e que não afetam igualmente a todos os membros. Toda pessoa que deseje ingressar no grupo ou trabalhar com ele, primeiro tem de aprender a sua estrutura de organização social informal e seus códigos e normas.

*Nós reivindicamos sim. Se é pra benefício do nosso
grupo ou dos cooperados, a gente chega até*

diretamente ao presidente e pedimos solução para o problema nosso (Produtor 2).

Sabe-se também que os membros do grupo participam mais intensamente quando percebem que o objetivo da ação é realmente para seus próprios objetivos. Se os membros de um grupo concordam com uma necessidade de alguma mudança, pode ser feita uma forte pressão para alcançar a meta, pois, neste caso, a pressão será exercida pelo próprio grupo.

A participação é mais genuína e produtiva quando o grupo se conhece bem e se mantém bem informado sobre o que acontece dentro e fora dele. A qualidade da participação fundamenta-se na informação veraz e oportuna. Isso implica num contínuo processo de criação de conhecimento pelo grupo, tanto sobre si mesmo como do ambiente, processo que requer a abertura de canais informativos confiáveis e desobstruídos que se tornam essenciais para o exercício do *accountability*.

5.3.1.4 Comunicação dos problemas enfrentados pelos cooperados

Entre os cafeicultores da região de Três Pontas entrevistados, 72,6% (122) consideraram que podem comunicar os seus problemas para a cooperativa, 10,1% (17) ficaram indecisos e 13,7% (23) consideraram que é difícil comunicar os problemas enfrentados na atividade cafeeira. Os dados ainda demonstram correlações positivas significativas, a 0,5%, na variável produção total (+0,172), indicando que os cafeicultores que têm maiores produções são aqueles que podem comunicar com maior facilidade os seus problemas enfrentados na cafeicultura. Ainda os dados apresentam correlações positivas altamente significativas, a 1%, nas variáveis: participação relacionada a questões particulares (+0,259), problemas são ouvidos pela cooperativa (+0,391), comprometimento dos cooperados (+0,279), liberdade de opinião (+0,312), livre

acesso a informações (+0,246), informações sobre administração/direção (+0,220) e existência de envolvimento ativo dos cooperados (+0,248), indicando que, quando as variáveis mencionadas aumentam proporcionalmente nessa região, existe maior percepção entre os entrevistados sobre a facilidade de comunicar os problemas enfrentados.

Em Poço Fundo, 92,5% (37) dos cafeicultores entrevistados consideraram que podem comunicar os problemas enfrentados para a cooperativa, 2,5% (01) ficaram indecisos e 5,0% (02) consideraram que é difícil comunicar os seus problemas. Os dados ainda demonstram correlações positivas significativas, a 0,5%, na variável comprometimento dos cooperados (+0,342), indicando que os cafeicultores que percebem que podem participar e comunicar os seus problemas são aqueles cooperados que se comprometem mais.

TABELA 16 Comunicação dos problemas enfrentados pelos cooperados.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Fácil comunicar	122	72,6	72,6	37	92,5	92,5
Indeciso	17	10,1	82,7	1	2,5	95,0
Difícil comunicar	23	13,5	96,4	2	5,0	100,0
Não Responderam	6	3,6	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Deve-se considerar o fato de que, quando as pessoas trocam informação, sob diferentes formas, não significa que a comunicação esteja ocorrendo, pois não há comunicação se não houver diálogo. Portanto, a comunicação concebida dentro do padrão (emissão, transmissão de mensagens, recepção), em que a informação é repassada dos diretores/gestores para os cafeicultores (da fonte ao receptor), não pode ser considerada como comunicação efetiva. Isso porque ainda não se conseguiu estabelecer uma comunicação dialógica (nos dois

sentidos), pois não houve diálogo entre as partes envolvidas (diretores e os cafeicultores) e não houve contribuição para a efetiva manifestação do *accountability*.

A comunicação sob forma de diálogo tem sido apontada como uma nova esperança e considerada crucial para resolver os paradigmas emergentes e lidar com os problemas rurais e na construção de mecanismos de *accountability*.

A Coopfam em Poço Fundo tem sua sede na entrada da cidade. Lá, todos os cooperados têm acesso as informações sobre a gestão da cooperativa e podem comunicar seus problemas diretamente ao presidente ou ao assessor técnico, sempre presentes na cooperativa. Eles também utilizam os líderes de cada núcleo como ponte, além das assembleias gerais e de outras reuniões extraordinárias que são realizadas para resolver problemas oriundos da cooperativa e dos cafeicultores.

Eu, particularmente, tenho muita facilidade de comunicar com os diretores da cooperativa. Fazemo isso na reunião no núcleo, na assembleia, até mesmo indo lá na cooperativa (Produtor 4).

Lá, o presidente está sempre com boa vontade pra te escutá (Produtor 6).

Percebe-se, nessa região, a existência de um mecanismo formal e informal, em que os cafeicultores podem participar obtendo informações sobre a gestão da cooperativa, como reivindicar por meio da liberdade de opinião e protestar, e inclusive comunicar os problemas enfrentados na sua atividade.

Entretanto, no município de Três Pontas, obtiveram-se, pela pesquisa qualitativa, declarações que demonstram que, nessa região, os cafeicultores não

podem expressar, por meio da comunicação, os problemas enfrentados na cafeicultura. Isso impossibilita a existência de mecanismos efetivos de *accountability*.

A gente até comunica, mas eles não escutam...
(Produtor 17).

É difícil a gente participar e pedir algumas soluções para o nosso setor (Produtor 13).

Existe uma reunião onde somos informados dos problemas da cooperativa e lá não tem jeito de pedir nada pra nós não (Produtor 10).

Eles até comunicam o que vão decidir fazer na cooperativa, mas a gente não tem jeito de mudar as ideias deles não (Produtor 15).

Percebe-se pelas declarações acima que na região de Três Pontas os cafeicultores, ainda não conseguiram comunicar os problemas enfrentados na cafeicultura para os gestores da cooperativa, o que acarreta considerável perda na construção de mecanismos de *accountability* nessa região.

5.3.2 Accountability horizontal

Accountability horizontal é vista como a participação política dos atores sociais nas associações horizontais e, por sua vez, a política é, atualmente, considerada, pela maioria dos autores, como a ciência do Estado. Segundo Dalmo Dallari (1994), política é cuidar das decisões sobre problemas de

interesse da coletividade. Portanto, política é a “arte e ciência do governo”, a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as para um fim comum.

Para o mesmo autor, todos os indivíduos têm o dever de participar da política, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum. Esse dever tem, sobretudo, dois fundamentos: em primeiro lugar, a vida social, necessidade básica dos seres humanos, que é uma constante troca de bens e de serviços, não havendo uma só pessoa que não receba alguma coisa de outras; em segundo lugar, se muitos ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo, mais atuante ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações.

Para Verhagen (1984), a participação dos produtores em uma cooperativa tem como objetivo principal assegurar que a orientação das atividades beneficie a maioria dos seus membros ou, em termos mais negativos, prevenir que tal organização seja dominada por uma minoria privilegiada de associados ou pelo seu *staff* administrativo.

Por isso, a participação política é dever de todos os indivíduos e uma necessidade fundamental da natureza humana. A participação intensa e constante de muitos é necessária para impedir que alguns imponham uma ordem injusta, que sempre acaba sendo prejudicial para todos.

A participação política é o direito dos cidadãos de tomarem parte na vida política e na direção dos assuntos públicos, exprimindo-se, associando-se livremente e contribuindo para a tomada de decisões e a resolução dos problemas.

Portanto, sem a participação política não haveria sentido, se imaginamos que participar é uma política, já que a política é participar da vida social das pessoas.

Segundo O'Donnell (1998), o envolvimento político ativo é aquele em que os associados investem na militância, indo às reuniões e às assembleias, o que foi mensurado a partir da participação dos cafeicultores nas reuniões, de sua cobrança para ajudar aos membros associados, na votação de propostas feitas pelos associados e na participação na votação para eleição de seu representante na cooperativa. Esses indicadores permitiram verificar a existência de controles pelos cafeicultores nas cooperativas às quais estavam associados.

5.3.2.1 Envolvimento ativo dos cafeicultores, indo a reuniões e assembleias

O primeiro nível de participação política pode ser denominado presença. Trata-se da forma de participação, pois abrange comportamentos tipicamente passivos, como, por exemplo, a participação em reuniões e em assembleias da cooperativa.

Em relação à participação nas assembleias das cooperativas na região de Três Pontas, 58,3% (98) dos cafeicultores concordaram que existe o envolvimento ativo dos indivíduos do grupo, indo a reuniões e assembleias; 8,9% (15) ficaram indecisos e 27,9% (47) discordaram dessa afirmativa.

TABELA 17 Envolvimento ativo dos indivíduos do grupo, indo a reuniões e assembleias.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Concordo fortemente	14	8,3	8,3	4	10,0	10,0
Concordo	84	50,0	58,3	25	62,5	72,5
Indeciso	15	8,9	67,2	10	25,0	97,5
Descordo	36	21,4	88,6	1	2,5	100,0
Descordo fortemente	11	6,5	95,1	0	0,0	100,0
Não Responderam	8	4,8	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Na região de Três Pontas foi identificada a participação dos cafeicultores nas decisões da cooperativa por meio do comparecimento à assembleia geral, que é uma reunião de todos os associados e o principal fórum de decisão da cooperativa, que deveria representar o princípio democrático do empreendimento cooperativista.

Acredito que seja uns 30% que comparecem nas assembleias (Produtor 16).

Eu mesmo só fui em uma, quando teve sorteio de brindes e almoço para os cooperados... (Produtor 10).

A participação na assembleia está mito aquém. Deveria se organizar melhor para que todos pudessem pelo menos ficar sabendo das decisões tomadas... (Produtor 17).

Com base nas declarações dos entrevistados, em Três Pontas, o envolvimento dos cafeicultores, no que tange ao comparecimento às assembleias é ainda muito baixa. Na percepção dos cafeicultores, deveriam incentivar e motivar o cafeicultor a participar.

Quanto aos cafeicultores de Poço Fundo, 72,5% (29) declararam que existe o envolvimento dos cooperados, 25,0% (10) ficaram indecisos e somente 2,5% (01) discordaram, afirmando não existir envolvimento ativo dos cafeicultores no comparecimento a reuniões e assembleias da cooperativa.

A diretoria é eleita pelos cooperados. Na assembleia existe a participação de 120 a 130 cooperados, de um total de 210 mais ou menos. Então, você vê que tem uma participação. O fato deles não participar mais é porque eles moram em municípios vizinhos. Então, não dá para articular para eles vim. Do município, estamos com 157 famílias e eles participam indo uns 110 a 130, mais ou menos (Diretor 1).

Sempre que somos convidado, a gente participa. É bom saber das coisas na cooperativa (Produtor 2).

Tanto nas reuniões do núcleo como nas reuniões periódicas nós estamos lá (Produtor 5).

Na região de Três Pontas existem correlações positivas altamente significativas, a 1%, nas variáveis: cooperação (+0,483); ajuda mútua entre os cooperados (+0,440); classificação da participação era intensa (+0,527) e a variável que mediu o livre acesso a informações da cooperativa (+0,515). Ainda foram encontradas correlações positivas significativas, a 5%, nas variáveis: escolaridade (+0,240); tamanho da propriedade (+0,210); índice de confiança entre os cooperados (+0,288); comportamento honesto baseado em normas compartilhadas (+0,379); confiança nos dirigentes/gestores (+0,321) e a variável participação relacionada a questões coletivas (+0,354). Os resultados demonstram que os entrevistados percebem que existe o envolvimento ativo dos cooperados indo às reuniões quando existe uma percepção maior sobre as variáveis mencionadas.

Na região de Poço Fundo, os dados estatísticos demonstram que existem correlações positiva altamente significativas, a 1%, na variável honestidade dos dirigentes/gestores (+0,432). Também verificaram-se correlações positivas significativas, a 5%, na variável ajuda mútua entre os cooperados (+0,335). Esses resultados indicam que os cafeicultores com maiores envolvimento indo as reuniões são aqueles que percebem que existe honestidade dos dirigentes/gestores e aqueles que percebem que existe ajuda mútua entre os cooperados.

5.3.2.2 Participação na votação para presidente da cooperativa

O processo eleitoral nas cooperativas é por meio do voto. É uma das formas importantes e um indicador da participação política.

TABELA 18 Votação na última eleição da cooperativa.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Sim	105	62,5	62,5	32	80,0	80,0
Não	58	34,5	97,0	8	20,0	100,0
Não Responderam	5	3,0	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

Portanto, a forma mais comum e abrangente de participação política está relacionada à participação eleitoral. No município de Três Pontas, 62,5% (105) dos cafeicultores disseram que votaram na última eleição de sua cooperativa e 34,5% (58) não votaram na última eleição de sua cooperativa.

Em Poço Fundo, 80,0% (32) dos cafeicultores disseram que votaram na última eleição de sua cooperativa e 20,0% (08) não votaram.

A participação por meio do voto é o mínimo que se deve exigir de cada cooperado, numa democracia representativa. Na impossibilidade de externar

suas preferências em relação às decisões políticas que são tomadas diariamente, o indivíduo aponta as pessoas que deverão fazer isso em seu nome. No entanto, o cooperado não deve se esquecer de que o voto é a expressão de sua consciência e de que, por isso, ele não deve ser dado só para agradar a alguém ou para pagar favores recebidos. A participação por meio do voto poderá ser valiosa se o eleitor agir com liberdade, consciência e espírito público.

5.3.2.3 Cobrança de ações em ajuda aos membros da cooperativa

Perguntou-se aos cafeicultores da região de Três Pontas se eles cobravam do seu representante (presidente da cooperativa) ações de ajuda aos demais membros da cooperativa. As respostas foram que 95,2% (101) dos cafeicultores disseram que sim e 35,1% (59) não cobravam do seu representante (presidente da cooperativa).

Em Poço Fundo, constatou-se que 77,5% (31) dos cafeicultores cobravam de seu representante ações que ajudavam aos demais membros de sua cooperativa e 22,5% (09) não cobravam de seu presidente essas ações.

TABELA 19 Cobrança de ações que ajudam os demais membros de sua cooperativa.

Municípios	Três Pontas			Poço Fundo		
	Frequência			Frequência		
Respostas	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)	Absoluta	Percentual (%)	Acumulado (%)
Sim	101	60,1	60,1	31	77,5	77,5
Não	59	35,1	95,2	9	22,5	100,0
Não Responderam	8	4,8	100,0	0	0,0	100,0
Total	168	100,0	100,0	40	100,0	100,0

O presidente da Coopfam e um de seus diretores declararam existem cobranças dos cafeicultores para melhoria das ações para ajudar os membros da cooperativa.

A diretoria é eleita por eles, onde é constituída de um presidente de um diretor financeiro administrativo e cinco conselheiros administrativos. São todos produtores familiares. Não tem questão de discriminação, se é orgânico ou convencional. É por eles que é escolhido. Depois, tem o conselho fiscal, que é três suplentes e são todos produtores que, a cada três meses, tem uma reunião do conselho fiscal, que eles avaliam toda parte que é de responsabilidade da cooperativa e criticam o que tem que criticar e leva para reunião do primeiro domingo (Diretor 1).

A representatividade é dividida em núcleos nas comunidades que a cada dois anos muda o representante. Esse representante é eleito por eles lá no núcleo. Não é na reunião de assembleia. Esse representante vem uma vez por mês junto à diretoria fazer esse trabalho de comunicação dos produtores para a administração da Coopfam (Diretor 1).

Essa organização comunitária são agrupamentos de interesses, ou seja, reúne pessoas que têm interesses comuns, agindo em função de problemas concretos. Por isso, é importante que o grupo faça cobranças de ações para ajudar os membros da cooperativa.

Essa característica torna mais atraente a participação, pois reúne, em condições de igualdade, todas as pessoas que têm interesses em comum. Desse modo, os participantes sentem que seus problemas reais estão sendo considerados com objetividade, existindo informalidade sem hierarquia rígida separando dirigentes e dirigidos, dando a todos a sensação de estarem participando das decisões.

É nesse contexto de participação que ocorrem mecanismos que proporcionam o *accountability*, os quais remetem à obrigação dos dirigentes e gestores das cooperativas a prestar contas a seus associados. Portanto, o *accountability* representa a responsabilização e a prestação de contas em circunstâncias que denotam responsabilidade social, imputabilidade e obrigações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção dos procedimentos metodológicos e a utilização dos indicadores de capital social e de *accountability* representaram um método confiável para o atendimento aos objetivos desta pesquisa que analisou a existência dessas variáveis nas duas regiões cafeeiras estudadas. A partir da metodologia utilizada, ampliou-se a diversidade de olhares sobre uma pluralidade de atores sociais desempenhando diferentes ações, o que proporcionou a coleta de dados que proporcionaram a compreensão da realidade social implícita e a identificação do capital social e do *accountability* nas duas regiões dos municípios de Três Pontas e Poço Fundo na região sul de Minas Gerais.

A combinação de métodos quantitativos e qualitativos demonstrou ser uma abordagem adequada e complementar para extrair dados do estudo sobre capital social e *accountability* como variáveis potencializadoras de desenvolvimento social e econômico da cafeicultura regional. Nesse caso, o questionário “survey” foi um método indispensável, proporcionando dados padronizados sobre características e padrões de comportamento da população. Dados qualitativos, provenientes das entrevistas, foram apropriados para se obter uma visão em profundidade dos temas da pesquisa, o que, de outra forma, não seria possível. De fato, a aplicação de entrevistas em profundidade é a melhor maneira de identificar as razões, as atitudes e os comportamentos dos cafeicultores, proporcionando aos entrevistados a liberdade de expressar sentimentos e percepções sobre suas realidades, o que não é permitido em perguntas fechadas do questionário.

Com base no estudo, constataram-se, na região de Três Pontas, que os cafeicultores associam-se às cooperativas da região para obterem benefícios de ordem pessoal, principalmente o acesso a serviços, como armazenamento e

comercialização do seu produto, o que aumenta a sua eficiência na atividade agropecuária. Foram percebidas evidências de confiança institucional, relacionada à credibilidade das cooperativas. Esse tipo de capital social institucional faz parte da confiança que gera cooperação e alimenta a participação dos cafeicultores nas cooperativas regionais. Nesse caso, a confiança dos cafeicultores estava atrelada à preocupação em comercializar o seu café na cooperativa, na certeza do receber o valor negociado.

Portanto, a participação do cafeicultor nas cooperativas na região de Três Pontas relaciona-se à possibilidade, na maior parte dos casos, de compartilhamento de tecnologias e ativos específicos, redução de custos e melhoria dos seus padrões de competitividade. Ocorrem também interações sociais e redes de relacionamentos que estão próximas do conceito de capital social.

Constatou-se, também nessa região, a existência de uma rede de cafeicultores mais aberta, na qual o fluxo de informações permite que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados entre eles. Isso constitui uma ferramenta de difusão de conhecimentos necessária à condução de sua atividade cafeeira e na construção de mecanismos de *accountability*, o que ajudou no processo de desenvolvimento econômico e social da cafeicultura alcançado por essa região.

Em Poço Fundo, foi encontrado capital social relacionado a um recurso coletivo. Atitudes de confiança por meio de condutas de cooperação e participação ativa dos cafeicultores proporcionaram o desenvolvimento social e a prosperidade econômica da cafeicultura regional.

Foi encontrada, na região de Poço Fundo, uma rede de cafeicultores mais densa e fechada, garantindo-lhes canais de comunicação confiáveis e que os protegem de um mercado e de comerciantes oportunistas.

Quanto à existência do *accountability*, percebeu-se que, na região de Poço Fundo, existem mecanismos formais e informais, os quais proporcionaram

transparência da administração e dos gestores, levando a cobranças em benefícios os associados da cooperativa. Na região de Três Pontas, ficou evidente que há a necessidade de estimular a comunicação por meio de canais informais entre os próprios cafeicultores e motivá-los a participarem mais ativamente do processo de tomada de decisões das cooperativas. Essa motivação relaciona-se à organização e à mobilização que permitirão o *accountability* para melhorar as diretrizes que devem estar em consonância com as demandas dos cafeicultores e o desenvolvimento social e econômico dessa região.

Os indicadores confiança, cooperação e participação, utilizados para identificar o capital social e *accountability* nos dois municípios cafeeiros estudados, demonstraram-se eficazes para a elaboração de dados padronizados sobre o comportamento dos cafeicultores, o que auxiliou e permitiu analisar a existência e a intensidade de capital social e *accountability*.

A partir das observações, pode-se inferir que, no município de Poço Fundo, foram encontrados elevados níveis de confiança e cooperação entre os cafeicultores, contribuindo para o desenvolvimento de comportamentos participativos, com benefícios para todos envolvidos, o que possibilitou consolidar suas metas em comum. No município de Três Pontas foram encontrados níveis pouco menores de confiança e cooperação entre os cafeicultores, o que também possibilitou comportamentos participativos sejam eles coletivos ou individuais. Nos dois municípios esse nível de participação é exigido para a criação de sistemas de *accountability*, como também permite que tais vínculos e laços funcionem como pontes que promovem um fluxo de informações que aumente a capacidade dos cafeicultores de controlar e influenciar as decisões da gestão das cooperativas e o desenvolvimento da cafeicultura regional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1998, São Luís. **Anais...**São Luís: CONTAG, 1998. p.21-43.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.4, n.2, 379-397, abr./jun. 2000.

ALBAGLI, S.; MACIEL M.L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL M.L. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Dumará, 2003. p.423-440.

ALENCAR, E.; GOMES, M.A. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.

ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, J.O.; ANTUNES, M. (Org). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

BAQUERO, M. Os desafios da democracia na América Latina: globalização e capital social. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTÚDIOS SOBRE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 10., 2001. Moscou. **Anais...** Moscou: FIEALC, 2001. p.21-34.

BARQUERO, A.V. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirámide, 1988.

BOISIER, S.E. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago: ILPES, 1997.

BORDENAVE, J.E.D. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis: Vozes, 1995. 110 p.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 84p.

- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for sociology of education**. New York: Greenwood, 1985. p.241-258
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v.31, p.2-3, jan. 1980.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os exemplos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.
- BURT, S.R. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge: Harvard University, 1992.
- CAIXETA, I.F.; PEDINI, S. Cafeicultura orgânica: conceitos e princípios. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.23, n.214/215, p.15-20, jan/abr. 2002.
- CEZAR, I.M.; SKERRATT, S; DENT, J.B. Sistema participativo de geração e transferência de tecnologia para pecuaristas: o caso aplicado à EMBRAPA Gado de Corte. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.17, n.2, p.135-169, maio/ago. 2000.
- COHEN, E.; FRANCO, E. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993. 312p.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.94, n.1, p.95-120, Sept. 1988.
- COLEMAN, J.S. **Foundations of Social theory**. Cambridge: Harvard University, 1990.
- COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. In: DASGUPTA, P., SERALGEDIN, I. **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington, World Bank, 2000. p.13-39.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Quadro demonstrativo da safra**. São Paulo: CONAB, 2002.
- DALLARRI, D.A. **O que é participação política**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 99p.

DEMO, P. **Metodologia em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985. 225p.

DIAS, J.C.L. **O processo de difusão e de adoção de novas idéias e práticas**. Belo Horizonte: EMATER-MG. 1985. 13p.

DURSTON, J. **Qué es el capital social comunitário?** Santiago: CEPAL, 2000. (Serie Políticas Sociales).

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on sinergy. **World Development**, Oxford, v.24, n.7, p.1119-1132, July 1996.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da cafeicultura em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1996. 52p. Relatório de Pesquisa.

FLORIANI, C.G. Cafés de Minas: pioneirismo em certificação e marketing. **Caderno Técnico-Agrotec**, Belo Horizonte, n.4, p.36-40, 2001.

FRANCO, A. de. Capital social e desenvolvimento. **E-agora**, 2005. Disponível em: <http://www.e-agora.org.br/conteudo.php?cont=artigos&id=2572_0_3_0_M24>. Acesso em: 8 nov. 2008.

FRANCO, A de. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In SILVEIRA, C.M.; REIS, L. da C. (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS/RITS, 2001. p.153-162.

FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

FUKUYAMA, F. Social capital and civil society. In: IMF CONFERENCE ON SECOND GENERATION OF REFORMS, 1999., Washington. **Proceedings...** Washington: International Monetary fund, 1999. p.7-20.

GAMBETTA, D. **Trust maing and breaking cooperative: relations**. Oxford: Blackwell. 1998.

GARCIA, R.G. **Subsídios para organizar avaliações de ação governamental**. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.

GARDNER, A.L.; OLIVEIRA, J.S. Pesquisa aplicada: geração x adoção de tecnologia. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.1, n.2, p.245-263, maio/ago. 1984.

GODARD, O.; PASSARIS, S.; CERÓN, J.P.; VINAHER, K. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios Territoriales**, Madrid, n.24, p.135-147, jul. 1987.

GOHN, M.G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. 121p. (Coleção questões da nossa época; 84).

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.78, n.5, p.1360-1380, Mar. 1973.

GROOTAERT, C.; DEEPA, N.; JONES, V.N.; WOOLCOCK, M. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Washington: Banco Mundial, 2003. 73p.

HOROTA, E.K. de O. **As relações qualitativas entre capital social e desenvolvimento em dois municípios gaúchos**. 2001. 89f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JIANOTI, L.B. **Capital social: potencializando a equação do desenvolvimento**. 2004. 31p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

KRISHNA, A. Creating and harnessing social capital. In: SERAGELDIN, I.; DASGUPTA, P. (Ed.) **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington: The World Bank, 2000. p. 71-93.

LAMOUNIER, B. Accountability. **Revista Exame**, São Paulo, v.29, n.10, p. 35-36, maio 1997.

LIN, N. Building a theory of social capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. (Ed.). **Social capital: theory and research**. New York: Aldine de Gruyter, 2001. p. 3-30.

MARTELETO, R.; SILVA, A.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.33, n.3, jul. 2005. Disponível em: <[http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id= 563](http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=563)>. Acesso em: 9 mar. 2007.

MELO, M.A. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.63, p.11-29, fev. 2007.

MESQUITA, Z. Para compreender competição e cooperação. **Revista Convergencia**, Campinas, v.6, n.19, p.157-173, maio/ago. 1999.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. 2003. 64f. Projeto de Pesquisa (Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia)–Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador.

MISZTAL, B.A. **Trust in modern societies: the search for the bases of social order**. Cambridge: Polity, 1998. 296p.

MONASTERIO, L.M. **Capital social e crescimento econômico**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 2000, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza: ANPEC, 2000. p. 2-11.

NAZZARI, R.K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política**. Cascavel: Edunioeste, 2006. 212p.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, v.44, p.27-52, 1998.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PAVARINA, P.R. de J.P. **Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo**. 2003. 39f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)–Universidade de São Paulo, Piracicaba.

PEIXE, B.C.S. **Finanças públicas: controladoria governamental**. Curitiba: Juruá, 2002.

PORTES, A.; LANDOLT, P. The downside of social capital. **The American Prospect**, New York, v.26, n.3, p.18-21, May/June 1996.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R.D.; HELLIWELL, J. Economic growth and social capital in Italy. **Eastern Economic Journal**, New York, v.21, n.3, p.295-307, 1995.

ROBINSON, D. (Org.) **Building social capital**. Wellington, New Zeland: Institute of Policy Studies, 2002. 85p.

ROGERS, E.M. **Diffusion of innovations**. 4.ed. New York: The Free, 1995.

SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M.F. **The self-restraining state: power and accountability in new democracies**. London: Lynne Rienner, 1999. p.13-28.

SERALGEDIN, I.; GROOTAERT, C. Defining social capital: an integrating view. In: DASGUPTA, P.; SERALGEDIN, I. **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington: World Bank, 2000. p. 40-58.

SOUZA FILHO, J.R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e participação**. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 1999.

THIOLLENT, M. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v.1, n.1, p.43-51, jan./abr. 1984.

THIOLLENT, M. Problemas da metodologia de pesquisa-ação. In: MELO, J.M. de. **Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez-Intercom, 1983. p.130-138.

TINOCO, J.E.P. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concentração social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Rio de Janeiro, n.135, maio/jun. 2002.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. São Paulo: EDUSP, 1987.

TRÊS PONTAS. Prefeitura Municipal. **A cidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.trespontas.mg.gov.br/cidade/informações>>. Acesso em: 2 out. 2008.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 1997.

VALE, G.M.V. **Laços como ativos territoriais**: uma análise das aglomerações produtivas da perspectiva do capital social. 2006. 379p Tese (Doutorado em Administração)–Universidade Federal de Lavras, Lavras.

VERHAGEN, K. **Cooperation for survival**. Dordrecht: ICG, 1984.

ANEXOS

Roteiro da entrevista qualitativa

Indicadores de capital social - variáveis operacionais

Confiança/solidariedade

- 1) Na sua opinião, o que é confiança ?
- 2) Você confia mais nas pessoas que pertencem à associação/cooperativa de que você participa?
- 3) Como você percebe se alguém, ou algo, é digno de confiança, é confiável ?
- 4) O(a) sr(a). acredita que há, entre os membros da associação/cooperativa, uma solidariedade estável honesta baseada em normas compartilhadas pelo grupo?
- 5) Como o(a) sr.(a) pode ajudar a resolver os problemas da associação/cooperativa?
- 6) Que tipo de problemas o sr.(a) acha capaz de resolver ?
- 7) O(a) sr.(a) acredita que os problemas do grupo são resolvidos efetivamente ?
- 8) Falando de maneira geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

Cooperação/ação coletiva

- 1) Na sua opinião o que é cooperação ?
- 2) Relate as formas de cooperação existentes na associação/cooperativa de que você participa ?
- 3) Você participa voluntariamente em algum trabalho de auxílio à comunidade?
() sim
() não
Se não, por que?

- 4) Existe uma relação de cooperação entre os membros da associação/cooperativa?
- 5) Dê um exemplo de cooperação que ocorra na associação/cooperativa a que você pertence ?
- 6) Há costumes de formar mutirões para resolver quaisquer assuntos ? Que tipo de assunto?

Participação/comprometimento

- 1) Na sua opinião, o que é comprometimento?
- 2) Existe comprometimento dos membros e frequência nas reuniões ?
- 3) A participação dos membros se relaciona com questões particulares ou interesses coletivos?
- 4) O(a) sr(a). acredita que exista uma participação ativa dos membros da associação/cooperativa?
- 5) Os membros da cooperativa podem comunicar os seus problemas?
- 6) Entendendo comprometimento como sendo envolvimento direto, pessoal e voluntário com pessoas, ideias ou causas, as pessoas aqui em sua associação/cooperativa são muito comprometidas?

Indicadores de *accountability*

Accountability vertical

- 1) As reivindicações da associação/cooperativa são aceitas por meio da liberdade de opinião?
- 2) Como o grupo se expressa?
- 3) Existe livre acesso às informações sobre a associação/cooperativa de que você faz parte ?
- 4) Como e por qual meio você fica informado da administração/direção e notícias da sua associação/cooperativa?

- 5) É fácil ter informações da associação/cooperativa de que participa?
- 6) Você acredita que existe democracia na associação/cooperativa de que você participa?

Accountability horizontal

- 1) Existe o envolvimento político ativo dos indivíduos do grupo, indo a reuniões e assembleias?
- 2) Como é a representatividade nessas reuniões?
- 3) Você faz parte de algum partido político?
- 4) Você tem o costume de cobrar dos nossos representantes (deputados, vereadores, governo) ações que ajudem a sua associação/cooperativa?
- 5) Você tem o costume de cobrar do seu representante (presidente da cooperativa) ações que ajudam os demais membros de sua associação/cooperativa?

Questionário survey

Identificação e caracterização do entrevistado

- 1) Qual sua idade: _____ .
- 2) Até que ano você estudou (nível de escolaridade) ?
 Sem escolaridade Segundo grau incompleto
 Superior completo Primeiro grau incompleto
 Segundo grau Pós-graduação
 Primeiro grau completo Superior incompleto
 Outros _____.
- 3) Qual é o tamanho de sua propriedade agrícola? _____ hectares
(Ha)
- 4) Qual é a área cultivada com café? _____ hectares (ha)

5) Qual é a sua produção total por ano, de café, na área cultivada?
_____ sacas

6) Qual a porcentagem da renda familiar que vem da agropecuária? _____ %.

7) Você tem alguma outra profissão além de ser cafeicultor? Qual?
_____.

8) O(a) Sr.(a) faz parte de qual cooperativa ou associação?

() Cocatrel () Unicoop () Associação de Bairro

Outras: _____

9) Há quantos anos a Sr.(a) participa da cooperativa/associação? _____ anos.

Confiança/solidariedade

1) O(a) Sr.(a) concorda que se pode confiar na maioria das pessoas que fazem parte da sua cooperativa/associação?.

() Concordo fortemente () Concordo () Indeciso

() Discordo () Discordo fortemente

2) O(a) Sr.(a) concorda que existe, por parte dos membros da cooperativa/associação, um comportamento estável honesto baseado em normas compartilhadas pelos membros do grupo?

() Concordo fortemente () Concordo () Indeciso

() Discordo () Discordo fortemente

3) O(a) Sr.(a) concorda que, em geral, a confiança e a honestidade dos dirigentes/gestores da sua associação/cooperativa melhoraram nos últimos anos?

() Concordo fortemente () Concordo () Indeciso

() Discordo () Discordo fortemente

Cooperação/ação coletiva

1) O(a) Sr.(a) concorda que existe uma relação de cooperação entre os membros da sua cooperativa/associação?

Concordo fortemente Concordo Indeciso
 Discordo Discordo fortemente

2) O(a) Sr.(a) concorda que, hoje em dia, as pessoas nesta cooperativa/associação ajudam umas às outras?

Concordo fortemente Concordo Indeciso
 Discordo Discordo fortemente

3) Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros da sua cooperativa/associação/bairro/localidade para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

Sim Não

4) A sua participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada?

Voluntária Solicitada

Participação/comprometimento

1) Como você classificaria a participação das pessoas na cooperativa/associação da qual o(a) Sr.(a) faz parte?

muito intensa intensa baixa muito baixa

2) O(a) Sr.(a) concorda que a participação dos membros da cooperativa/associação é relacionada a **questões particulares**?

Concordo fortemente Concordo Indeciso
 Discordo Discordo fortemente

3) O(a) Sr.(a) concorda que a participação dos membros da cooperativa/associação é relacionadas a **questões coletivas**?

Concordo fortemente Concordo Indeciso
 Discordo Discordo fortemente

4) O(a) Sr.(a) concorda que os membros da cooperativa/associação podem participar e comunicar os seus problemas?

Concordo fortemente Concordo Indeciso

Discordo Discordo fortemente

5) O(a) Sr.(a) concorda que os seus problemas são ouvidos pela sua cooperativa/associação?

Concordo fortemente Concordo Indeciso

Discordo Discordo fortemente

6) Entendendo comprometimento como sendo envolvimento direto, pessoal e voluntário com pessoas, ideias ou causas, as pessoas aqui em sua cooperativa/associação são muito comprometidas.

Concordo fortemente Concordo Indeciso

Discordo Discordo fortemente

Participação dos membros da cooperativa

1) O(a) sr.(a) concorda que as reivindicações dos membros da cooperativa/associação são aceitas por meio da liberdade de opinião ?

Concordo fortemente Concordo Indeciso

Discordo Discordo fortemente

2) O(a) Sr.(a) concorda que existe livre acesso às informações sobre a cooperativa/associação de que você faz parte?

Concordo fortemente Concordo Indeciso

Discordo Discordo fortemente

3) Como e por qual meio você fica informado da administração/direção e das notícias de sua associação/cooperativa?

Parentes Amigos Vizinhos Boletins da cooperativa

Jornal da cooperativa Rádio Televisão Líderes comunitários

Outros: _____

4) O(a) sr.(a) concorda que é fácil ter informações sobre a administração/direção de sua cooperativa/associação?

Concordo fortemente Concordo Indeciso
 Discordo Discordo fortemente

5) Em geral, em comparação com o que ocorria cinco anos atrás, o acesso à informação da sua cooperativa/associação melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

Melhorou Piorou Permaneceu mais ou menos o mesmo

Participação política

1) O(a) sr.(a) concorda que existe o envolvimento ativo dos indivíduos do grupo, indo a reuniões e assembleias?

Concordo fortemente Concordo Indeciso
 Discordo Discordo fortemente

2) Você tem o costume de cobrar do seu representante (presidente da cooperativa) ações que ajudem aos demais membros de sua cooperativa/associação?

Sim Não

5) O(a) Sr.(a) votou na última eleição de sua cooperativa/associação?

Sim Não

6) O(a) Sr.(a) votou nas propostas feitas por cooperados/associados nas últimas assembleias de sua cooperativa/associação?

Sim Não